

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

ELIZENI SENA DE LACERDA

EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES
DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO NA ERA VARGAS

São Luís

2021

ELIZENI SENA DE LACERDA

EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES
DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO NA ERA VARGAS

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte
dos requisitos para obtenção do grau de
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida
Barros

São Luís

2021

Lacerda, Elizeni Sena de.

Experiências, sentidos e transformações do bumba-meu-boi do Maranhão na Era Vargas / Elizeni Sena de Lacerda. – São Luís, 2021.

60 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros.

Elaborada por Laísa Sousa Barros - CRB 13/657

ELIZENI SENA DE LACERDA

EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES
DO BUMBA-MEU-BOI DO MARANHÃO NA ERA VARGAS

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros

Apresentado em 27 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (orientador)

Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (DHG-UEMA)

Prof. Msc. Inaldo Bata Rodrigues (IEMA)

A Ricardo de Carvalho Nunes, pelo amor e carinho e por ser sempre meu companheiro em todos os momentos que a vida e o curso de História da UEMA permitiu que vivêssemos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por ser tão esplêndido, maravilhoso e conhecedor de todas as coisas e por não me deixar desistir, quando pensei que não teria mais força. Ao meu pai, Luiz Carlos, que incentivou sempre a mim e meus irmãos a estudarem. A minha família por sempre estar ao meu lado e a minha mãe Vilma e ao meu sobrinho, Heitor que já estão no céu.

Em segundo lugar, dedico ao Ricardo, meu companheiro de vida que infelizmente não conseguiu concluir o curso devido a sua partida precoce. Serei eternamente grata a Deus por permitir que nossas almas se encontrassem e vivêssemos esse amor novamente, que viverá agora nas recordações que carregarei comigo para sempre.

Aos meus colegas da turma 2015. 1 pelos momentos maravilhosos divididos em cada semestre. Aos meus amigos que o SOS vestibular permitiu encontrar e mantê-los em minha vida: Dudu, Janice e Deusa. A elite do CCPDVF, pelo companheirismo e pelos momentos maravilhosos divididos em dois anos de estágio.

Ao professor Evaldo e a UEMA, que me permitiu desenvolver essa pesquisa. A todos os professores que compõem o quadro impecável dessa instituição pelo compromisso em transmitir seus conhecimentos e aos demais colaboradores que estavam sempre dispostos ajudar.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar processos de mudança social no contexto dos anos 1930-7 e Estado Novo percebidos a partir das experiências dos grupos de bumba-meu-boi que circulavam por São Luís do Maranhão durante os festejos juninos. Além disso, destaca-se também a importância dos festejos juninos, principalmente no subúrbio do João Paulo, momento particular para reconstituir assim como para observar como os diferentes grupos e setores sociais também disputavam e constituíam esses espaços como local de resistência, dominação, disputa e identidade.

Palavras-chaves: Bumba-meu-boi, Era Vargas, Cultura Popular, Identidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze processes of social change in the context of the 1930s-7 and Estado Novo, perceived from the experiences of the bumba-meu-boi groups that circulated in São Luís do Maranhão during the June festivities. In addition, the importance of June festivities is also highlighted, especially in the suburb of João Paulo, a particular moment to reconstitute as well as to observe how different groups and social sectors also disputed and constituted these spaces as a place of resistance, domination, dispute and identity.

Keywords: Bumba-meu-boi, It was Vargas, Popular Culture, Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A CULTURA POPULAR E A HISTÓRIA SOCIAL.....	13
1.2 A experiência em Thompson	18
2 A ERA VARGAS E A BRASILIDADE POSITIVA	23
2.1 Brasilidade Positiva: A ascensão das políticas culturais durante o governo Vargas	27
3 O MARANHÃO DURANTE A ERA VARGAS	33
3.1 Bumba-meu-boi: símbolo da tradição maranhense	35
3.2 As disputas pelo reconhecimento	38
4 A POSSE DOS BUMBAS E AS EXPERIÊNCIAS EM BUSCA DE CIDADANIA	44
4.1 As festas juninas no João Paulo.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Denominada como “batuque”, “barafunda de pretos e da dita semibárbara caboclada”¹, durante o século XIX e primeira metade do século XX, o bumba-boi ficou à margem da sociedade maranhense, principalmente a ludovicense, pois não representava a população dita civilizada da cidade que carregava o título de Atenas Brasileira. Porém, apesar das diversas tentativas de controle sobre esses grupos, eles conseguiram ganhar espaço e notoriedade entre os “ditos civilizados”.

Essa notoriedade ganha força com a valorização do folclore no Brasil impulsionado pelo processo de modernização que o país sofre. É nesse momento que surgem diversas instituições com o intuito de estudar e conhecer as diversas manifestações culturais do Brasil. Dentre elas, temos a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) ao nível federal e a Subcomissão Maranhense de Folclore ao nível estadual.

Essas mudanças ocorreram após a Revolução de 30 e durante a permanência de Vargas como presidente do Brasil, principalmente durante o Estado Novo, o qual estabeleceu uma política ao mesmo tempo, paternalista e repressiva em relação à cultura popular (BARROS, 2007, p.02). Somado a isso, nesse período se intensifica a valorização do modelo de trabalhadores, da democracia racial e o reconhecimento da população brasileira como mestiça.

Vale ressaltar também, que muitas dessas mudanças foram possíveis a partir das políticas culturais que cresceram e fizeram parte do projeto de Vargas em construir o país como uma nação moderna, igualitária sem preconceitos. Diferente, por exemplo, dos Estados Unidos que empregava um sistema excludente que colocava os negros em situação constante de julgo e desrespeito.

Para tal empreendimento, Vargas convocou a intelectualidade brasileira para fazer parte do governo. Antes disso, os intelectuais viviam à margem da máquina estatal, principalmente aqueles que criticavam as ações dos governantes. Por esse motivo, que muitos deles viviam longe da política.

¹BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva Silva Camara; BARROSO, Reinaldo dos Santos Júnior; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). *Histórias do Maranhão em tempos de República*. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.

Dessa maneira, vários obstáculos foram colocados aos intelectuais restringindo o acesso deles a arena política. Nesse sentido, ao intelectual caberia, portanto, a reflexão, a quietude e o saber puramente erudito. Distante das misérias do mundo, ele deveria ser o “criador das ilusões” capaz de revelar o encanto, o lado feliz e leve da vida. (VELLOSO, 1997, p. 59)

Nesse momento, os folcloristas terão importante participação, pois será a atuação deles que os repertórios culturais oriundos da população negra e mestiça, ganharão atenção e serão evidenciados como parte essencial da cultura popular brasileira.

Por essa razão, aprender sobre as experiências desses sujeitos e a importância dos festejos juninos permite refletir como as diversas classes sociais utilizam de um mesmo objeto para alcançar interesses em comum. E compreender como as disputas por poder, dominação, resistência e identidade refletem as principais necessidades vividas por um grupo em determinado período.

Para tanto a pesquisa tem por objetivo pontuar essas mudanças ocorridas durante a Era Vargas e elencar ainda, como os indivíduos se apropriavam do bumba-meu-boi e como a brincadeira se relacionou com as esferas econômica e política. Atrelado a isso, ressalta-se a importância do exercício de cidadania e as reivindicações que esses grupos realizaram até se destacarem como símbolo de maranhensidade.

Para tanto, os jornais em circulação no período serão importantes para nos ajudar a perceber essas mudanças no universo dos bumbas. A partir deles perceberemos como a sociedade se referia a essa manifestação e como as notícias em relação a eles eram contadas.

Atrelado a isso, tem-se a importância dos estudos sobre as festas no país, que permitem a compreensão das relações, experiências e lutas por espaço, cidadania e identidade que esses grupos vivenciaram durante o período. Em que as análises de Rita de Cássia Amaral e Jean Duvignaud sobre as festas contribuíram para a análise dos festejos juninos realizados no bairro João Paulo.

Além disso, faço uma análise sobre a experiência como categoria histórica e os diferentes trabalhos desenvolvidos no país a partir das análises de E. P. Thompson sobre a história vista de baixo que contribuíram para a consolidação da História social como campo.

Para tanto optei em dividir o trabalho em quatro capítulos. No capítulo I, A Cultura Popular e a História Social faço um panorama sobre a cultura popular e a História Social e a importância do campo teórico em questão para a compreensão da sociedade brasileira. Além disso, destaco a importância da experiência histórica para esses estudos.

No capítulo II, A Era Vargas e a Brasilidade Positiva realizo um panorama do Brasil durante a Era Vargas destacando as principais medidas tomadas por ele durante o seu governo. Também dou ênfase as políticas culturais e a construção da brasilidade positiva, que será decisiva para os rumos que a cultura do país trilhará. Nesse sentido, destaco o papel que os intelectuais brasileiros exerceram durante esse momento, principalmente durante o Estado Novo.

No capítulo III, O Maranhão durante a Era Vargas ressalto as mudanças ocorridas no Estado, principalmente em São Luís, durante o período. Somado a isso, saliento a construção do boi como símbolo de maranhensidade e o papel que os folcloristas desempenharam nesse processo. E as constantes lutas por reconhecimento que os sujeitos do boi enfrentaram.

No capítulo IV, A Posse dos Bumbas e as Experiências em Busca de Cidadania friso as formas como o boi foi apropriado pelos diferentes sujeitos e sobre os festejos juninos, importantes para a observação das experiências dos bumbas em busca de cidadania.

1. A CULTURA POPULAR E A HISTÓRIA SOCIAL

A História Social é uma das dimensões da História que se interessa pelos modos e mecanismos de organização social, classes sociais, processos e transformações da sociedade. Ela revelou laços existentes entre as diferentes classes e permitiu àqueles que ficavam a margem a oportunidade de contarem suas histórias. Nesse sentido, vários grupos que eram marginalizados tiveram destaque ao se tornarem objeto de estudo para a compreensão dos níveis de interação e dominação sociais.

Ela surge com a terceira geração da Escola de Annales, ao lado da História Econômica e em oposição a História Política Tradicional. No decorrer do século XX, sofre algumas variações em relação à sua abordagem. Como exemplos vamos ter as abordagens pelo viés culturalista; sobre o trabalho do movimento socialista e outra de “ordem econômica e social”. (SILVA, 2010)

A consolidação como campo específico, durante a década de 1950, assume outras dimensões. Nesse ínterim, vamos ter a emergência do estudo social da cultura, que aborda a experiência dos grupos sociais através das práticas desses indivíduos observados nas crenças, nos costumes, na arte, nas leis e hábitos percebidos no cotidiano.

Nesse sentido, a Antropologia foi uma das disciplinas que os teóricos da História Social utilizaram para seus estudos. As historiografias francesa e inglesa foram pioneiras. Em relação ao campo teórico em questão, teremos as contribuições de Edward Palmer Thompson que fez seu estudo baseado na Antropologia e apoiado na tradição marxista britânica da história social do trabalho, com ênfase nas noções de experiência e cultura na análise da sociedade.

Vale ressaltar que Thompson é um dos teóricos mais expoentes em relação aos estudos sobre a História Social no Brasil. A emergência dos estudos que sofreram influência dele e de outros teóricos, acontece a partir da década de 1970, quando o movimento operário ganha destaque. As pesquisas produzidas nesse período se preocuparam com a cultura operária, às condições de trabalho nas fábricas e ao impacto das transformações tecnológicas no movimento operário.²

² Entre os trabalhos produzidos nesse período pode se citar: Luiz Werneck Vianna — “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências” (1978); Kazumi Munakata — “O

Além disso, a presença de imigrantes no movimento também foi o cerne de discussões sobre o tema.³ A importância das experiências políticas desenvolvidas por eles foi decisiva para a formação de organizações operárias e de greves que marcaram a luta pelos direitos de classe. Contudo, os pesquisadores deixaram fora das suas análises aspectos relevantes como a presença de negros e mulatos, as relações raciais na história do movimento e a história das mulheres.

Posteriormente os estudos sobre a experiência dos sujeitos se concentram na história da escravidão, sobre o prisma da vida escrava. Mais que estudar o modo de vida dos escravos, tratavam de abordar as relações escravistas como fruto das ações de senhores e de escravos enquanto sujeitos históricos.⁴ Nesse aspecto as lutas escravas por liberdade, as fugas e as tensões entre escravizados e senhores passaram a ser o cerne desses trabalhos.

Vale ressaltar que os estudos sobre a escravidão em décadas anteriores no país foram realizados a partir da lógica paternalista⁵, em que a benevolência das relações entre senhores e escravizados teriam sido responsáveis pela formação da democracia racial. Nessas análises, o caráter violento da dominação colonial, onde os estupros de mulheres negras, pelos seus respectivos senhores, não foram considerados.

Além disso, outras teses surgiram para reafirmar a inconsistência entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo. Dessa maneira, a exclusão da população negra após o fim da escravidão refletirá na manutenção do quadro de desigualdades existentes até a atualidade no país.

Nos anos seguintes, as análises conceituaram, as relações de gênero e também as relações raciais. Nesse momento, as figuras femininas e seu papel durante

Lugar do Movimento Operário" Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, ANPUH, 1980. Sérgio Pinheiro — "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão" (1975).

³ Sobre os estudos que abordam sobre o tema temos: HALL, Michael M.A. Classe Operária no Brasil (1889 – 1930). São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979; PARIS, Robert. Biografia e "perfil" do movimento operário. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Ed. UNIJUL, vol. 17, n. 33, 1997

⁴ Entre os trabalhos sobre a experiência da vida escrava temos: João José Reis e Eduardo Silva — Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Sílvia Hunold Lara — Campos da Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; e Sidney Chalhoub — Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990

⁵ Para Thompson o 'paternalismo' seria uma concentração de autoridade econômica e cultural, mas é demasiado amplo para uma análise detalhada. O termo pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse de propriedade, sobre a ideologia e a cultura, e é mesmo por demais insuficiente para distinguir entre modos de exploração, entre o trabalho escravo e o livre. (THOMPSON, 1998, p. 29)

a história da escravidão⁶ assim como, seu papel no seio familiar e a importância delas, no processo de luta por liberdade e igualdade, também foram temas analisados.

Dando continuidade, sobre essa perspectiva, a cultura dos sujeitos inferiorizados passou a interessar os pesquisadores. Nesse aspecto, a cultura desenvolve um grande papel, pois é a partir dela que muitas das análises entre as relações sociais e os diferentes mecanismos de luta, resistência e igualdade podem ser compreendidas.

Em relação à história vista de baixo, proposta por Edward Thompson, da qual passa a analisar os costumes e os posicionamentos tomados por esses sujeitos, no caso a plebe na Inglaterra do século XVIII, notamos diversos mecanismos de luta por poder e legitimidade que podem ser aplicados ao contexto de disputas e reivindicações presenciadas pelos bois.

A sua atenção é direcionada para o tema devido os costumes e crenças sido escrupulosamente examinados de acordo com seus atributos formais e, então, essas propriedades formais foram comparadas transpondo-se imensos abismos culturais e temporais. (THOMPSON,2001, p. 232)

Por essa razão, ao escolher como protagonista da investigação historiográfica os sujeitos que correspondem as camadas populares, procura observar como esses indivíduos interagem e são determinantes para as mudanças sociais. Para tanto, observa nos costumes dessa classe, sem privilégios e marginalizada, as diferentes experiências cotidianas que cooperaram para a concretização da sociedade.

Longe de exibir permanência sugerida pela palavra tradição, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena onde interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (THOMPSON,1998). Esses enfrentamentos foram percebidos entre plebeus e patrícios, mas que pode facilmente serem percebidos na sociedade presentemente entre a elite e a população pobre.

Segundo o autor, o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra cultura. (THOMPSON, 1998, p.18). De acordo com Thompson a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Além disso, considera a cultura como um corpo que está em constante construção pela

⁶ Um dos primeiros trabalhos publicados sobre o tema foi “Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX” de Maria Odila Leite da Silva Dias em 1984.

relação entre os demais fatores sociais, como a própria economia.

O entendimento sobre a cultura nessa discussão é importante para compreendermos a organização das pessoas em sociedade, assim como, para entender as lógicas de dominação e resistência percebidas entre as classes. Dessa maneira, essas características acabam determinando e legitimando as práticas que tais indivíduos possam desenvolver, nas quais são importantes para compreendermos a luta por reconhecimento e por espaço.

Por essa razão Thompson se detém, em compreender a cultura da plebe e como ela se comportava, contrapondo o que por muito tempo foi definido pela história social britânica, segundo a qual as classes populares seriam prisioneiras de uma espécie de paternalismo das classes dominantes, portanto, incapazes de construir identidade e valores próprios.

Além disso, a história que fora produzida sobre a cultura era uma história elitizada, tantos nos sujeitos como nos objetos estudados. Nesse aspecto, aquilo que a população produzia ficava de fora dessas análises. Nesse sentido, Michol considera que

A análise da cultura popular na sociedade capitalista deve-se considerar dois aspectos: de um lado, a posição e a condição dos setores populares nessa sociedade, onde sofrem um processo de dominação tanto no nível econômico, material, como no nível espiritual, ideológico: do outro, o fato de que esses setores não são meros receptáculos passivos de dominação, e que eles também têm uma força, um poder. (CARVALHO, 2002, p. 67)

A colocação que Michol faz em relação à necessidade de entender que os sujeitos de classe inferiores não eram apenas receptáculos, diz respeito as conclusões precipitadas a respeito da capacidade desses sujeitos em serem produtores de sua cultura e de conseguirem pensar sobre si mesmos. Com o passar dos anos, esses discursos construídos sobre os inferiorizados tem se tornado uma das razões para que suas ações se tornassem momentos particulares para a observação em busca de espaço, cidadania e igualdade.

Nessa acepção o conceito de classe também é importante e não deve ser vista como uma categoria estática, para Thompson ela é uma formação tanto econômica quanto cultural. Nesse sentido, o que muda quando essas relações são alteradas é a experiência dos sujeitos dentro dessa lógica que refletem na resistência

e nas escolhas dessas pessoas.

Nesse aspecto, para o autor, o que deve ser considerado são os fatos ocorridos com os indivíduos que fazem parte da comunidade esquecida durante a narrativa historiográfica e, não, aquela realizada a partir dos grandes fatos da história oficial e seus heróis que por um longo período foram sempre privilegiados.

Para chegar a essas conclusões Thompson critica veementemente as teorias marxistas que se afastaram muito do pensamento que Karl Marx defendeu. Segundo ele dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção com uma acepção estreita de econômico e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe dominante com toda cultura e moralidade. (Thompson,2001 p.259)

Para tanto, o autor acredita que a transformação histórica acontece não por uma dada base ter dado vida a uma super estrutura correspondente, mas pelo fato de, as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas. (Thompson, 201, p.263)

Nesse sentido, compreender sobre os ritmos de trabalho e lazer das camadas populares torna-se ocasiões especiais para compreendermos como os sujeitos a partir das transformações, seja no campo político ou econômico, reverberam essas mudanças no seu cotidiano.

No centro desse processo é que se verificam os conflitos entre as diferentes classes e grupos, devido à ocupação distinta que cada um ocupa no corpo social, conforme as atribuições econômica, social e política. Desse modo, o povo ao se tornar protagonista de determinada narrativa, suas ações vão de encontro com as inovações impostas pela cultura de cima, ou seja, pela elite da sociedade.

Dessa maneira, ao pensar sobre essas pessoas como meros receptáculos alheios a qualquer mudança, é desprezar uma grande oportunidade em enxergar as disputas por espaço, liderança, justiça e igualdade empreendidas por elas em busca de uma vida melhor.

Para tanto, um momento particular, para a análise dessas mudanças ocorridas no período Vargas percebidas no universo do bumba-meu-boi, será as festas juninas, que será analisada no último capítulo. Durante esse período de festividade, que perceberemos como essa população se manifesta perante a dominação política e quais foram seus mecanismos para reverter-las, a partir de suas

experiências.

1.2A experiência em Thompson

Outro ponto a destacar, que será importante para a compreensão da História Social será o entendimento da experiência como categoria histórica, utilizada amplamente por Thompson para compreender a cultura plebeia e seus desdobramentos.

Experiência, dentre seus inúmeros significados, pode ser entendida como conhecimento ou aprendizado obtido através da prática, ou da vivência. Por esse ângulo, tudo aquilo que vivenciamos em sociedade refletirá de alguma maneira nas (re) ações tomadas seja em conjunto ou individualmente.

Considerando esse pensamento, a experiência pode nos levar a visualizar as tensões existentes dentro de uma comunidade, que podem responder muitas dúvidas sobre o posicionamento de cada indivíduo em determinados processos, como de aceitação e de resistência a mudanças, seja ela ao sistema político, a economia e cultura.

Além disso, nos permitir compreender como as mudanças ocasionadas podem inferir nos caminhos futuros que determinado grupo pode seguir, já que as estruturas até então construídas podem mudar e definir novos parâmetros que necessitem outra vez serem alterados.

Nessa ótica, Thompson durante seus estudos sobre a classe operária inglesa buscou, a partir das lutas de classe, perceber a formação de experiências históricas. Essa experiência seria porque esses grupos se tornariam unidos em prol de interesses coletivos que pudessem favorecê-los em determinadas situações.

O autor afirma, ainda que, por mais imperfeita que seja é uma categoria indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições da mesma categoria de acontecimentos. (THOMPSON, 1981)

Por essa razão Thompson “constrói sua narrativa desvendando as transformações sociais que desencadeariam alterações ou fariam desaparecer ofícios centenários, as disputas e diferenças entre artesãos, motins contra a fome e a prática

de fixação do preço dos produtos pelo costume local e pelo prestígio do fabricante”. (BERTUCCI, FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 32)

Ao trabalhar com essa categoria o autor critica o estruturalismo defendido por Louis Althusser que trata a experiência e a cultura apenas no terreno ideológico. Além disso, Althusser determina toda a sua análise pelo viés econômico, mas sem considerar a importância dos indivíduos.⁷

Para Thompson, porém não há como fazer essa análise sem se importar com os sujeitos cruciais para a compreensão histórica. Ele defende que não se deve considerar os sujeitos apenas

Como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses, e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

Thompson denuncia as análises estruturalistas que, a seu ver constituem uma agressão política e teórica ao marxismo, sobretudo por sua concepção de um real epistemológico nulo e inerte, e sua negação da inteligibilidade e de ideologia como categorias históricas (MÜLLER, 2007, p. 19). O autor também é crítico as considerações ao historicismo, ao humanismo e ao moralismo que Althusser fez.

Para tanto, classifica a experiência em duas categorias: a experiência vivida e a experiência percebida. A primeira se caracteriza pelos aprendizados em vida e a segunda categoria se aproxima daquilo que Marx denominou consciência social, uma vez que elas resultam de causas materiais (MELO JR., 2011, p. 03).

Somado a isso, a experiência para Thompson sugere, que, o estudo sobre as classes não podem ser realizada de forma interdependente uma das outras, devido às relações existentes entre elas estarem conectadas, mesmo que indiretamente e de forma despercebida por ambas as partes. Essa situação é observada nas relações entre patrícios e plebeus.

Nesse sentido, ao analisar essas duas classes durante a crise do paternalismo ressalta, ainda que, a conquista da classe trabalhadora tenha crescido, as formas de dominação que os patrícios exerciam sobre os plebeus ainda era muito

⁷ Louis Althusser ao tratar do marxismo, busca apresentar os elementos que caracterizam o materialismo histórico como um “novo método”. Além disso, considera que o objeto da história como ciência é a “totalidade complexa” como uma unidade estrutural. (DUARTE, 2008)

forte. O autor, nesse momento, faz uma crítica a compreensão da sociedade apenas pela dinâmica base e estrutura que acaba desconsiderando, outros pormenores.

Por essa razão afirma que

Ao voltarmos nossa atenção para o parasitismo do Estado no topo e, embaixo para erosão das relações tradicionais pelo trabalho livre e por uma economia monetária, deixamos de examinar os níveis intermediários, em que continuavam fortes os controles econômicos domésticos mais antigos, e é possível que tenhamos subestimado o alcance das áreas de “dependência” ou “clientela” da economia. (THOMPSON, 1998, p. 45)

Para explicar tal situação, destaca a hegemonia cultural, como ponto importante para a compreensão dessa dominação. Para ele, “definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar para a análise nos pontos em que deveria ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação”. (THOMPSON, 1998, p.46)

Isso acontecia devido à relação entre dominante e dominado não acontecer diretamente e sim através de outros sujeitos. Nesse aspecto, o autor destaca o aparecimento do “sistema de três camadas” exemplificado pelas relações entre proprietário de terra, agricultor locatário e trabalhador sem-terra.

Nesse sistema, os trabalhadores não só se confrontavam com a gentry na sua qualidade de empregadores e nem a gentry vista como responsável, em qualquer sentido direto pelas suas condições, assim como, ter um filho ou filha trabalhando na casa-grande não era visto como uma necessidade, mas como um favor. (THOMPSON, 1998, p.46)

Ou seja, nesse sistema percebe-se que as elites dificilmente irão ser culpadas “diretamente” por retaliações sofridas pela população mais pobre, pois os intermediários de tais medidas é que sofrem em seu lugar. E até o momento, em que o autor faz sua investigação, a elite inglesa não via as revoltas e os motins da classe trabalhadora como uma ameaça aos seus privilégios, pelo contrário, a insubordinação dos pobres era uma inconveniência.(THOMPSON,1998, p. 45)

Por essa lógica, a classe trabalhadora nunca alcançaria o lugar das elites, talvez por essa razão que a gentry não se preocupava. Mas, além disso, percebemos que ao serem modificadas as regras na movimentação econômica e afetassem o cotidiano desses trabalhadores, eles se rebelavam e lutavam para os terem de volta estremecendo assim as relações estabelecidas pela hegemonia cultural.

Portanto, como Thompson afirma

A cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna frequentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais. (THOMPSON, 1998,p.19)

Ou seja, mesmo que os conflitos existissem e que as regras fossem contestadas pelo povo, não significaria que as lógicas de manutenção da ordem ou econômicas estivessem sujeitas a alterações. Pois, seriam avaliadas segundo os interesses da população.

Dessa maneira, trabalhadores pobres utilizavam seus motins e protestos como uma maneira de defender seus interesses, sem que necessariamente a lógica estabelecida entre as relações de dominante e dominado fossem alteradas. Além disso, isso confirma como os sujeitos inferiorizados não foram somente receptáculos diante das mudanças estabelecidas na sociedade.

Considerando o posicionamento da elite inglesa em relação aos pobres, podemos perceber certas semelhanças no tratamento que a elite maranhense direcionou durante a Era Vargas à população pobre que em sua maioria era negra e mestiça. Em relação ao objeto de estudo, o bumba- meu- boi sempre era visto como um problema. Considerado como barafunda de pretos, algo selvagem e perigoso era alvo constante de reclamações para as autoridades.

Portanto, a “inconveniência” que o boi gerava para a população era tratada apenas paliativamente. Ou seja, as proibições e o acesso ao centro da cidade era uma maneira de afastar o boi ainda mais para a zona rural e suburbana da cidade, sem que atrapalhasse a paz e a ordem das pessoas ditas “civilizadas”.

Todavia, ao longo do período em questão, muitos mecanismos foram utilizados pelos sujeitos do boi para alcançar esse espaço que lhe era negado cotidianamente. Cultivando experiências em relação as repressões, os sujeitos produtores do boi foram aos poucos ganhando notoriedade.

Como exemplo, temos o desrespeito as portarias estabelecidas pela chefatura de polícia durante os festejos juninos, a crítica exercida por eles ao governo, demonstradas nas suas toadas assim como, o próprio caráter violento que a manifestação detinha como uma maneira de exercer poder através do medo, em

aqueles que os provocavam, ou como forma de se destacar entre os demais.

Isso fica claro, quando o boi vai ganhando espaço entre a população dita civilizada, após uma remodelação que aconteceu no país e no Maranhão. Nesse momento, alguns paradigmas sobre a identidade da população brasileira são repensados. Essa mudança, assim como outras, são percebidas através das experiências da brincadeira que serão melhor discutidas nos próximos capítulos.

2 A ERA VARGAS E A BRASILIDADE POSITIVA

Subindo ao poder em 1930 como chefe do Governo Provisório e, posteriormente, como presidente eleito pelo voto indireto, Getúlio Vargas se tornou um dos maiores representantes da política brasileira e que talvez tenha passado mais tempo na presidência.

A sua ascensão ocorre durante a Revolução de 1930 quando o sistema político da República Velha entra em crise. Essa crise está relacionada a disputa pela presidência do país que seguia a Política do Café com Leite, em que os estados de São Paulo e Minas Gerais e, seus aliados, alternavam-se na direção do país.

Vale destacar que a Revolução de 1930, ao contrário do que possa significar, não obteve apoio popular ou ideais revolucionários, pois ela, na verdade, foi um golpe em que Getúlio Vargas acaba assumindo a direção do país como chefe do Governo Provisório e posteriormente, como presidente eleito indiretamente em 1934 e, em 1937 como ditador, após instaurar o Estado Novo.

O momento em que Vargas assume a direção do país seria a fase de transição da política vigente, para uma nova configuração social e política. Contudo, nessa fase, já iremos presenciar as primeiras medidas de centralização exercidas por ele que vai permanecer até o Estado Novo, fase mais autoritária do seu governo.

Ressalta-se que fatores externos refletiram diretamente nas ações do governo naquele momento. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideais totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa como o nazismo e o fascismo. A partir disso, temos o surgimento do (Ação) Integralista Brasileira que combatia o capitalismo financeiro e defendia o controle do Estado sobre a economia.⁸

Nesse período também teremos a corrente autoritária que ganhou força entre as diferentes classes. Ela defendia que o Estado deveria organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. (Boris,

⁸ O movimento integralista negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado Integral seria constituído do chefe da nação, abrigam em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais. (Boris Fausto, p. 144, 2001).

2001, p.195,196). Tanto a corrente autoritária quanto a integralista possuíam traços comuns.⁹

Devido ao receio dos rumos que o país pudesse tomar, se a lógica política que existia permanecesse, o Brasil jamais poderia se recuperar. Por esse motivo, quando Vargas instaura o Estado Novo, uma grande leva de figuras públicas e da intelectualidade brasileira apoia o regime, pois na visão da maioria deles a política brasileira estava fragmentada, então somente o Estado, comandado por uma pessoa dotada de “clarividência” conseguiria colocar o Brasil nos trilhos.

Esse apoio ao novo regime, teve no Maranhão uma grande expressividade principalmente em meio a imprensa. Em 1938 a Imprensa Oficial do Maranhão publica um documento que tem por título a Contribuição Maranhense para o Estado Novo, onde vários textos foram publicados em apoio ao regime e a figura de Vargas. Em um deles o autor coloca Vargas como o salvador da Pátria:

Getúlio Vargas era o árbitro imparcial, justo e sereno dos nossos destinos. Tudo se encaminhava para a restauração integral da pátria, nos moldes democráticos que sacudiam a alma do grande e o patriótico brasileiro. O Brasil salvara-se definitivamente do fragoso colapso com que o ameaçavam seus maos governantes. Havia ele chegado afinal a um desesperador estado de desorganização política e administrativa. (AGNELO COSTA, 1938, p.08)

Diante dessa perspectiva, Getúlio trilha um caminho que o leva a todo esse cenário. Quando as mudanças políticas necessitavam de uma direção, ele soube designar qual o Brasil seguiria. A partir disso, as primeiras mudanças políticas feitas por ele consolidaram sua permanência no poder.

No plano político, uma das primeiras medidas tomadas por Vargas foi dissolver o Congresso em novembro de 1930, assumindo os poderes Executivo e Legislativo e também os estaduais e municipais. Para reforçar essa medida, escolheu para cada estado interventores federais no lugar dos antigos governadores.

Essa mudança foi regida pelo Código dos Interventores que estabeleceu normas de subordinação ao governo federal. Dentre as normas do código, não era permitido contrair empréstimos externos sem a aprovação do governo e deveriam gastar mais de 10% da despesa com serviços da polícia militar. (FAUSTO, 2001, p.

⁹ O Integralismo pretendia alcançar seus objetivos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. A corrente autoritária não apostava no partido e sim no Estado. Não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade, mas na clarividência de alguns homens. (Boris, p.144, 2001)

186)

Na esfera econômica essa centralização foi percebida pela concentração do setor cafeeiro nas mãos do estado. Em 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café (DNC), com a intenção de reerguer a produção cafeeira que estava em crise. Nessa época o governo compra o café com a receita das exportações e queima outra parte do produto com a intenção de reduzir a oferta e manter os preços.

Ressalta-se que a economia brasileira não era bem estruturada e dependia da compra de manufaturados de outros países. Além disso, não produzia alimentos suficientes para a população devido à grande concentração de terras nas mãos de latifundiários, que ficavam obsoletas sem produção alguma.¹⁰

Além disso, a pauta do governo era tornar o país industrializado e desenvolvido. Porém, como afirma Ana Raquel Alves de Araújo o processo de modernização do país esbarrou nessa estrutura de poder fundamentada na dominação pelos latifundiários, em que a agricultura ainda cumpria o papel de principal atividade econômica do país. (ARAÚJO, 2013)

Em relação à educação, o governo Vargas passa a estabelecê-la de forma ampla depois de várias iniciativas vindas dos estados desde a década de 1920, nas quais se percebem, as primeiras tentativas de uma reforma educacional de modo a formar uma elite intelectualmente mais preparada. A partir disso, cria em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública que centralizou as medidas que seriam tomadas em âmbito nacional.

Porém, a reforma na educação não teve um caráter abrangente para toda a sociedade, pois se organizou de cima para baixo, ou seja, não contemplou os aspectos da população mais pobre e nem a cultura. Já o ensino superior no Brasil, com a Reforma Campos, passa a ter algumas exigências como um currículo seriado, frequência obrigatória e a exigência do diploma de nível secundário para o ingresso nas universidades.

No que se diz respeito à política trabalhista, esta se tornou um dos pontos mais fortes do governo Vargas, pois foi inovadora, principalmente ao criar em 1930 o

¹⁰ Vargas viu a necessidade e de reformulação da estrutura agrária, pelo combate ao latifúndio, porém sua postura foi cautelosa, devido às classes produtoras que ficaram prejudicadas. Por isso, o discurso de combate ao latifúndio foi substituído pelo de incentivo à ocupação de áreas vazias através de projetos de colonização justificados pela enorme quantidade de terras livres e pelas diversas fontes de riqueza como incentivo para a promoção e a exploração do interior do país. (Araújo, p.04)

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, estabelecendo leis de proteção ao trabalhador e criar órgãos de conciliação entre patrões e operários, conhecidos como as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Além do reconhecimento das organizações sindicais, embora somente um sindicato por classe poderia ser assentido pelo governo e, posteriormente da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

Vale ressaltar, que a atenção dada ao trabalhismo durante esse período estava diretamente ligada a legislação social implementada pelo governo. Essa medida foi percebida mais durante o Estado Novo quando o regime tenta doutrinar a população para seguir em conformidade com suas ações. Naquele momento a população, em grande maioria, era analfabeta e pelos modos convencionais o acesso à legislação trabalhista seria mais complicada.

Nesse ínterim, a política propagandista do governo Vargas foi decisiva para alcançar a população. O objetivo era difundir e popularizar a ideologia do regime junto as diferentes camadas sociais. Para tanto, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi decisivo. Foram usados os meios de comunicação mais modernos e eficazes da época para divulgar a propaganda doutrinária. Nessa situação, o rádio foi o principal veículo de transmissão e responsável por aproximar a população ao governo em razão das grandes distâncias territoriais.¹¹

A entidade abarcava os seguintes setores: divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo (“O conceito brasileiro da imprensa e a propaganda no Estado Novo”. ANUÁRIO da Imprensa Brasileira, s.d., apud VELLOSO, 1997, p. 63)

Do ponto de vista cultural, o governo Vargas implementa medidas em direção a esse aspecto mais incisivamente durante o Estado Novo. Esse período vai se caracterizar pela necessidade de criação de uma identidade nacional e um ideal

¹¹ Para Gomes a dificuldade da comunicação devido às distâncias geográficas eram só uma faceta do problema. Além disso, como causa da ignorância do nosso povo, o processo histórico que presidira a elaboração da legislação social por não ter sido conquistada ao longo de uma epopeia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos. (Gomes, p.231)

de nação¹².

2.1 Brasilidade Positiva: A ascensão das políticas culturais durante o governo Vargas

Em busca de legitimidade para seu projeto de governo, Vargas assume uma postura diferente no que diz respeito a cultura popular. Essa nova atitude foi baseada a partir de debates sobre “moderno”, “popular” e “nacional” que estava em crescimento no país.

Essa foi uma das estratégias políticas que Vargas usou para aproximar e conseguir legitimar as ações tomadas por ele, em meio a sociedade. Para tanto passou a dá uma maior atenção as políticas culturais que exaltaram as manifestações de caráter popular e mestiço que representassem a nação como democrática e igualitária.

Essa necessidade surge a partir da tentativa de modernizar o Brasil e superar o atraso que representava a República Velha, essencialmente de base rural, e transformar a nação em um país desenvolvido como parte do mundo ocidental civilizado. A cultura não mais como ornamento e sim como representação simbólica da nacionalidade mereceu atenção especial nesse contexto. (FREIRE, 2007)

Vale ressaltar, que de toda história do país é nesse período que teremos a cultura se tornando parte das ações do governo. E isso é provado com as criações de órgãos culturais como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional da Música (INM), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Serviço Nacional do Teatro (SNT), e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE).

Cada uma dessas instituições demonstram a departamentalização da cultura em seus diferentes segmentos. Nesse período, vamos ter a valorização do popular como ponto-chave dessa política, pois aquilo que era produzido pelo povo ganha força e se torna uma das formas de aproximação do governo a população. Isso vai influenciar diretamente na atuação dos intelectuais na máquina estatal em prol desse projeto.

¹² Marilena Chauí considera que a transformação do popular em nacional corresponde a um movimento ideológico denominado “Mitologia Verde- Amarela”. Ler mais em: Barbalho, Alexandre. Estado Autoritário Brasileiro e Cultura Nacional: entre a tradição e modernidade, 1996.

A homogeneidade no campo cultural é vista para assegurar a organização do regime, que busca invalidar as demais manifestações de cultura como prejudiciais ao interesse nacional. (VELLOSO, 1997, p. 64). Nesse sentido, houve uma forma de controle pelo governo às manifestações culturais que deveriam utilizar uma linguagem coerente ao que o governo Vargas queria transmitir.

Essas manifestações deveriam servir de bom exemplo e não deveriam transparecer nenhum comportamento contrário que o regime queria ter. Por esse motivo, várias delas, assim como o bumba-boi sofreram apreciação por parte do governo. Considerado como um ritmo de origem selvagem, assim como o maxixe e o frevo, o samba se tornou um dos ritmos que foram censurados pelo regime. As letras que eram originalmente carregadas de sátiras e gírias passaram a ter um tom mais “civilizado” e “educado”.¹³

Vale elencar que no interior do projeto cultural estadonovista, a música ocupa lugar de grande importância. Apontada como meio mais eficiente de educação, ela conseguiria atrair para as esferas da civilização os “indivíduos analfabetos, brancos e rudes” (SALGADO, 1941, apud, VELLOSO, 1997, p.66). Dessa forma o samba assim como outras narrativas culturais foram utilizadas como doutrinação durante o regime.

A valorização dessas manifestações de caráter popular e de raízes negras, está diretamente atrelado a necessidade de romper com as teorias raciais do período e legitimar o Brasil como uma democracia racial. Por esse lado, a necessidade de definição de uma nova identidade nacional foi pensada, primeiramente, após a Abolição da escravatura em 1888 e a instalação da República.

No segundo momento, essa necessidade surge durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, que foi o marco simbólico da nova concepção sobre a sociedade brasileira que deveria, modernizasse, e assim, modificar as bases políticas e sociais que interferiam na consolidação do país como nação diversificada e diferente da Europa.

Segundo Valdemir Zamparoni a semana de Arte Moderna, se propunha a repensar a nação, a brasilidade, em oposição à Europa como base na exaltação nas

¹³ De acordo com Velloso a linguagem dos sambistas e as gírias populares são vistas com desconfiança, a seu instinto satírico, capaz de depreciar os fatos e criticar os acontecimentos, o que para os doutrinadores do regime era inaceitável, pois para eles a língua se constitui em patrimônio nacional, no sentido de que preserva a segurança e unidade do país. (Velloso, p.66)

artes e literatura das nossas florestas, o nosso falar, a nossa comida, o nosso jeito de ser, o nosso folclore, a nossa gente, movimento que lançou as bases para o mito das três raças, como componentes essenciais da nossa formação, que será amplamente explorado após a Revolução de 30 e particularmente durante o Estado Novo. (ZAMPARONI, 2007, p. 47)

O mito das três raças, além de materializar o Brasil como uma democracia racial onde o branco, o negro e o indígena viviam harmonicamente, foi uma tentativa de mascarar o racismo existente na sociedade apresentando-a como superior, evoluída e igualitária.

Para tal empreendimento, utilizou largamente dos intelectuais do país em seu governo como uma maneira de legitimar o ideal de brasilidade frente a sociedade. Segundo Mônica Pimenta Velloso, nos momentos de crise e mudanças históricas profundas — instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo — as elites intelectuais marcaram sua presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional. (VELLOSO, 1997, p. 57)

Durante o Estado Novo, o que vamos observar, é a aliança entre o Estado e os intelectuais que passam a fazer parte do projeto político e ideológico do regime. Vale ressaltar, que essa mudança reflete muito sobre o papel que a intelectualidade brasileira ocupou durante a história do país. Antes do Estado Novo esse papel fora muitas vezes de oposição e crítica a sociedade e a política feita através da literatura, no meio acadêmico sem muito direcionamento para a prática.

Com a aproximação do Estado esse papel muda. Durante o Estado Novo, por exemplo, há uma crítica em relação a essa postura, por essa razão o ideal esteticista da literatura, o intelectual erudito e o academicismo são objeto de crítica violenta por parte do regime, que passa a defender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos da nacionalidade. (VELLOSO, 1997, p. 59)

Mônica Velloso destaca ainda que, a mudança de parâmetros sobre o papel do intelectual e sua aproximação do Estado pode ser exemplificado com a entrada de Vargas para a Academia Brasileira de Letras em 1943. No seu discurso de posse, Vargas criticaria o antigo papel da Academia, condenando a “torre de marfim” que isolava o intelectual do conjunto da sociedade. Argumentava que, por ocasião de sua fundação, a Academia se constituíra num remanso, alheio às transformações sociais. (VELLOSO, 1997, p. 60)

Nesse momento a participação de intelectuais no cenário político foi fator decisivo para a implementação das políticas culturais. Getúlio Vargas via a oportunidade de legitimação do novo regime através da atuação dessas pessoas na imprensa, nas artes e na sociedade. Vale destacar, que muitos dos intelectuais que participaram na construção de uma “brasilidade positiva” eram favoráveis a ideologia do Estado Novo.

Para Marcos Napolitano,

“estabeleceu-se uma via de mão dupla entre o Estado e tais intelectuais. O governo federal aumentou o espaço de atuação deles, tratando-os não apenas como meros funcionários públicos em repartições obscuras, mas também como forjadores e assessores da política do Estado. Os intelectuais, por sua vez, passaram a ver no Estado um meio para construir os valores da “brasilidade”, forjando uma nação-povo integrada e blindada contra os regionalismos desagregadores da Primeira República” (NAPOLITANO, 2016, p. 136).

Segundo Alexandre Barbalho, a busca por uma possível identidade nacional foi uma moeda forte na execução das políticas culturais tanto no Estado Novo quanto no regime de 1964, e por várias razões, como afirma o próprio autor, neutralizar as visões concorrentes acerca da cultura nacional, atrair intelectuais e artistas através de um 'projeto para o Brasil', melhorar a imagem do governo junto à população.

A cultura popular ou o folclore, entra nesse momento de constituição da “cultura brasileira” como força de união entre as diversidades regionais e sociais de produção, ela se torna um elemento unificador. Segundo o autor, ao contrário de um governo democrático em que as diversas visões e versões estão postas, as ditaduras procuram monopolizar o discurso interpretador da nação, unificando as diferenças e eliminando as contradições.

No seu artigo intitulado Estado Brasileiro e Cultura Nacional: entre a tradição e a modernidade, o autor procura observar que a partir das políticas públicas de cultura e a busca de uma identidade nacional pelo Estado Brasileiro oscilam entre a tradição e a modernidade. Ou seja, nos períodos de regime em que o país enfrentou, a modernidade não veio para romper de vez com o passado mantendo ainda uma certa continuidade com a tradição.

Uma obra que ganha destaque nesse período é *Casa Grande e Senzala*,

de Gilberto Freire, publicada no período em que essa visão ganha força, valorizando o papel do negro na história brasileira e exaltando a miscigenação racial. O livro de Freire passa a desmistificar preconceitos que até então eram comuns na sociedade, proporcionando a valorização da cultura popular. De acordo com Barbalho:

“Certamente Gilberto Freire não escreveu sua obra para atender às necessidades do regime. Mas este se aproveitou da abertura teórica que a “ideologia da mestiçagem” possibilitava, produzindo, com seu respaldo, um discurso contrário à “ineficiência inata” de nosso povo. Inconciliável com o novo momento econômico, essa imagem foi substituída por uma apologia do homem brasileiro trabalhador, qualidade resultante da mistura entre às três raças”. (BARBALHO, 1996, p. 73)

Além do movimento modernista, outros movimentos foram importantes para a valorização cultural. Temos o movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freire em 1926 com o *Manifesto Regionalista*; o movimento folclorista que busca nas produções do povo, sinais que podem convergir para a brasilidade e os vários Congressos que foram importantes para a discussão sobre a figura do negro e sua valorização¹⁴.

É importante destacar também, a criação em âmbito nacional de órgãos que passam a institucionalizar os estudos sobre o folclore. Em 1947 é criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), com a liderança de Renato Almeida e no ano seguinte ocorre a criação ao nível estadual das subcomissões.

No caso maranhense, em 1948 é criada a Subcomissão Maranhense de Folclore e tem como secretário-geral Antônio Lopes, além de outros membros como Domingos Vieira Filho e Fulgêncio Pinto. Vale destacar que a primeira produção da Subcomissão Maranhense foi a compilação de um cancionário das cantigas do bumba-meu-boi.

Nesse momento, percebemos que a criação de órgãos institucionais foram importantes para o mapeamento das manifestações culturais em todo país. No Maranhão, nos jornais da época foram noticiados as visitas de missões, de modo a coletar as manifestações folclóricas do país.

Em uma dessas notícias é destacado a importância da visita realizada pela

¹⁴ No cenário maranhense essa valorização se estendeu a outras manifestações culturais e religiosas como o Tambor de Crioula, o Tambor de Mina e a Pajelança.

missão do Departamento de Cultura de São Paulo para a investigação folclórica do país:

O Folclore como base de investigação histórica

O Departamento de Cultura de São Paulo não se perdeu ainda dentro da inactividade [...] de outros institutos creados no Brasil com objetivos semelhantes. [...] Porque as suas iniciativas não se limitam ao grande Estado do sul. Exercem-se em todo o país, reunindo tudo quanto possa contribuir para o nosso próprio conhecimento, do ponto de vista artístico-litterario. (O FOLCLORE, 19 fev. 1938 – Diário do Norte)

Esse fato representa que o folclore se tornou essencial para a alavancada dos estudos sobre a cultura popular no país. Nesse momento no estado o bumba-meu-boi ganha mais visibilidade e está nos parâmetros considerados como importantes para defini-lo como representante das três raças. Isso é percebido nas contribuições dos três povos que estão refletidos nos sotaques, nas danças, no auto, nas toadas, representadas de formas variadas em cada grupo.

3 O MARANHÃO DURANTE A ERA VARGAS

O Maranhão assim como outros estados brasileiros também sofreu com as mudanças que ocorreram em âmbito nacional. A política da República Velha, principalmente com a presença das oligarquias entra em crise devido às alterações feitas por Vargas em todo Brasil.

O cenário político do Estado contava com o domínio de grupos que disputavam os principais cargos de poder. Antes do ano de 1930, o estado esteve sob o comando de Magalhães de Almeida, que liderava um grupo chamado magalhaesistas. Segundo Flávia Santos Costa naquele momento, os grupos que estavam na disputa pelo poder político tinham organização bem particular. A chefia destes era dada principalmente de forma hereditária passavam-na de pai para filho, genro ou irmão (COSTA, 2016 p. 27).

Além dos magalhaesistas, havia outros grupos como os marcelenistas e os tarquinistas que disputavam o poder naquele período. Esses grupos eram ligados aos partidos políticos. Os magalhaesistas eram aliados dos membros do Partido Republicano situacionista e Partido Republicano governista.

Os marcelenistas representados por Marcelino Machado era o chefe do Partido Republicano oposicionista. O terceiro grupo-partidário atuante no Maranhão eram os tarquinistas liderados por Tarquínio Lopes do Partido Democrático Estadual, depois transformado em Partido Socialista. Faziam oposição tanto aos magalhaesistas, quanto aos marcelenistas.

Durante as eleições de 1930 cada um desses partidos demonstrou apoio nas eleições presidenciais. O Partido Republicano governista à chapa de Júlio Prestes e Vital Soares. Em apoio a Getúlio Vargas e João Pessoa, uniram-se o Partido Republicano oposicionista e o Partido Democrático.

Na eleição de 1.º de março, José Pires Sexto e seu vice Antônio Brício de Araújo são eleitos. Porém, não chegam a governar devido à instalação do Movimento de 30, que estava sob o comando de Reis Perdigão dando lugar à chamada Junta Revolucionária Provisória. A partir desse momento, interventores passam a ser nomeados para comandar o estado e dentre eles o que mais se destacou foi Paulo Ramos.

Paulo Ramos assume o cargo em 1937 e permanece até a queda de

Vargas do poder em 1945. Dentre os interventores foi o que proporcionou maior progresso no Maranhão e acalmou as disputas políticas no Estado. Vale destacar que um dos principais projetos do governo Vargas foi de renovação do Brasil através da modernização do país. Nesse momento, a brasilidade que o governo queria implantar estava baseada na transformação do espaço urbano, da política e a cultura nacional.

A partir da década de 1930 temos o crescimento da industrialização do Brasil. Até então, o país detinha a agroexportação como principal atividade econômica. Vale destacar que o Maranhão entre o final do século XIX e às duas primeiras décadas do século XX, teve uma das economias mais dinâmicas do país.

Isso aconteceu devido à presença de várias fábricas têxteis no estado, principalmente em São Luís. Contudo, quando o projeto de modernização industrial começou a implementado no país, o Maranhão não conseguiu avançar. Dentre as razões para isso, temos a falta de especialização dos empresários em suas atividades e o fato de algumas famílias monopolizarem o mercado local, se envolvendo em vários negócios, não permitindo a livre concorrência.

Atrelado a isso, a concorrência das fábricas estabelecidas no Sudeste que tinham incentivos fiscais e proximidades a centros consumidores, foi decisivo para a derrocada dos empreendimentos fabris no Maranhão, que passa a mudar o foco com o extrativismo do babaçu, a partir da década de 1920 e, a agricultura camponesa, estabelecida por migrantes nordestinos que a partir da segunda metade de 1930, passou a ocupar os vales dos rios maranhenses.

No entanto, o projeto modernizador idealizado pelo governo Vargas continua a ser implementado. E ele começa do campo político administrativo e segue até a urbanização e embelezamento das cidades. Em São Luís várias obras foram feitas para a modernização da cidade como a construção do Palácio Clóvis Beviláqua sede do poder judiciário, do Palácio da Educação, do Leprosário do Bonfim, do Hospital Nina Rodrigues e a construção da estátua de Duque de Caxias devido à importância dos militares no estado.

Assim como acontecia no plano teórico a preocupação entre a tradição e modernidade também foi visualizado durante essas mudanças espaciais que ocorreram na cidade. Enquanto era defendido a modernização do espaço urbano havia a preocupação em assegurar os aspectos tradicionais da cidade.

Marcelo Lima Costa destaca que em São Luís o processo de modernização era paradoxalmente visto como o elemento de salvaguarda dos aspectos tradicionais

e, em simultâneo, como o potencial destruidor das profundas tradições (COSTA, 2017 p.02).

Nesse momento os intelectuais maranhenses foram extremamente importantes para esse debate. Pois, assim, como o projeto de Vargas previa a participação de intelectuais no governo, Paulo Ramos durante o exercício de seu mandato também requisitou a participação deles e, que em sua maioria, vieram da Academia Maranhense de Letras, do Instituto de História e Geografia e da Sociedade Musical Maranhense.

Segundo Helidacy Corrêa as estratégias políticas de cooptação de intelectuais, efetuada por Paulo Ramos, no Maranhão, adquiriu ares de renascimento cultural:

Os intelectuais viam no Estado a possibilidade do Maranhão retornar aos tempos de glória, uma espécie de “renascimento”, em duas frentes: o econômico e cultural. O babaçu significou a esperança de um ressurgimento econômico maranhense. Por outro lado, juntamente a esse renascimento econômico, dar-se-ia, com a política paternalista adotada por Paulo Ramos “o levantamento do Maranhão Mental”. Os intelectuais se aproveitarão do paternalismo estatal para, mais uma vez, retornar ao tempo de glória, jamais esquecido no seu imaginário poético (CORRÊA, 2012, p. 69).

Esse renascimento se daria ainda ligado a ideia de Atenas Brasileira pela qual São Luís por muito foi conhecida. Porém, com a mudança de perspectiva sobre a nação e o interesse pelo folclore, novas formas de representação do Maranhão surgem. Nesse momento vamos ter a ascensão do Bumba-meu-boi como símbolo da cultura popular maranhense.

3.1 Bumba-meu-boi: símbolo da tradição maranhense

O interesse pelo bumba-meu-boi, e pelo folclore de modo geral, é observado a partir do século XIX com a atuação de folcloristas que passam a estudar a brincadeira de modo a compreender suas origens. O que os intelectuais buscavam era identificar o espírito do homem brasileiro, para tanto passaram a estudar várias narrativas que pudessem ajuda-los nesse processo, como, por exemplo, danças, lendas, poemas entre outras.

Esses estudos são baseados no prisma das teorias e ideologias científicas

européias sobre a raça. Resultando em análises que buscavam explicar a formação cultural brasileira a partir da superioridade racial de uns povos sobre outros. No caso, essa valorização era em detrimento dos portugueses considerados superiores aos indígenas e negros.

Os folcloristas que atuaram nesse momento, dentre vários outros, são Celso de Magalhães e Sílvio Romero que a partir do estudo literário afirmavam ser de procedência portuguesa o repertório narrativo brasileiro. Celso de Magalhães chegou a essa conclusão após estudos sobre o romanceiro popular, para tanto considerou duas teorias para sua pesquisa: a primeira baseada na formação da poesia popular e a segunda relacionada com a raça.

Para Magalhães a poesia brasileira seria de transplantação e não de formação, ou seja, não foi originalmente criada no Brasil sofrendo influência de outro povo. Nesse sentido, o povo que teria dado maior contribuição seria o português que dentre às três raças que formaram o Brasil teria um grau de superioridade em relação a outras, embora o autor considerasse todas pouco elevadas, o que implicaria na fragilidade do romanceiro nacional que tendia a se corromper e morrer.

Sílvio Romero acreditava que a literatura deveria revelar a rotina, os costumes e a cultura do país. Ele entendia que a formação da população brasileira era mestiça e considerava isso como o mal que impossibilitava o sucesso da civilização. E para resolver tal problema era a favor da imigração europeia para o branqueamento da população, assim como também seria necessário o desaparecimento dos índios e a extinção do tráfico africano.¹⁵

Enquanto isso, Nina Rodrigues pioneiro nos estudos sobre negros no Brasil, utilizava as teorias do racismo científico para explicar o cotidiano dos negros e mestiços. Ele acreditava que a miscigenação representava a degeneração das raças. Portanto, tudo que era manifestado pela população negra era considerado como problema a ser resolvido.

Nina Rodrigues sustenta que o folclore assim como as festas populares e o folclore sejam sobrevivências do povo negro, em especial, dos povos bantus e sudaneses da qual essas manifestações teriam surgido. Nessa mesma linha, Arthur

¹⁵ O que se diz das raças deve-se repetir das crenças e tradições. A extinção do tráfico africano, cortando-nos um grande manancial de misérias, limitou a concorrência preta, a extinção gradual do caboclo vai também concentrando a fonte índia, o branco deve ficar no futuro com a predominância do número, com já tem nas ideias.

Ramos, antropólogo culturalista, também explica o surgimento do boi ao totemismo bantu que seria uma característica mais marcante desse povo do que dos próprios sudaneses.

Após essas interpretações acerca da origem do folguedo ser portuguesa ou africana, outros intelectuais durante o século XX passaram a enxergar a manifestação como símbolo e representatividade da miscigenação brasileira. Dentre aqueles que corroboraram desta visão, temos Mario de Andrade, Renato Almeida e Câmara Cascudo.

Mario de Andrade, embora acreditasse que a origem do boi fosse portuguesa, a manifestação teria se reinventado e incorporado aspectos das manifestações dos negros e indígenas e de todas que teriam passado por esse processo, o bumba-meu-boi já era caracteristicamente nacional e tinha poucos elementos que remetessem sua origem além-mar (DOSSIÊ, 2011).

Renato Almeida considera a manifestação, em sua essência, brasileira e com fortes influências do negro, embora a sua origem seja portuguesa. Para ele, o boi consistia em um canal de expressão de indignação dessa população, principalmente das camadas mais baixas devido às injustiças sociais que viviam. Já Câmara Cascudo, considera o bumba-meu-boi, em sua essência, mestiço, pois representa todo trabalho, imaginação e malícia do mulato¹⁶.

É importante destacar que durante o século XX percebe-se uma preocupação em institucionalizar a cultura. Nesse sentido, os estudos propostos pelos folcloristas foram, garantidamente, impulsionados pela criação ao nível nacional e estadual de instituições culturais¹⁷.

No caso maranhense¹⁸, foi ocupada por folcloristas que já escreviam sobre a cultura do estado. E a manifestação que chama a atenção para aquilo que eles chamavam de “tradições maranhenses” era o bumba-meu-boi. Segundo Corrêa, dentre inúmeras manifestações culturais presentes no estado, talvez a atenção destes folcloristas tenha se voltado para o folguedo do boi por considerá-lo como aquele que mais expressava uma ideia de tradição que estes intelectuais desejavam afirmar.

¹⁶ Para mais informações sobre a visão dos folcloristas temos os trabalhos de: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. São Luís em Festa: o bumba meu boi e a construção da identidade cultural do Maranhão. São Luís: EDUEMA, 2012; MARTINS, Carolina Christiane de Souza. Política e Cultura nas Histórias do Bumba-meu-boi: São Luís do Maranhão século XX. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

¹⁷ A Comissão Nacional de Folclore (CNFL).

¹⁸ Subcomissão Maranhense de Folclore.

(CORRÊA, 2012, p. 87)

Vale ressaltar que o interesse pelo bumba-meu-boi surge com a exaltação de elementos regionais que se interligavam a construção da ideia de brasilidade construída no período, que vai influenciar diretamente na escolha do boi como representante da cultura maranhense, que até o momento, foi atrelada a cultura erudita.

O processo de construção de identidade maranhense está diretamente imbricado a esses deslocamentos ocasionados nesse período do que seria efetivamente importante para a cultura local. Essa remodelação foi percebida principalmente durante o Estado Novo quando a efetivação de políticas públicas em relação à cultura foi decisiva para esse processo.¹⁹

É importante destacar que enquanto a valorização do boi e do folclore crescia, alguns intelectuais se preocupavam em relação à preservação da tradição dos repertórios culturais. Segundo Corrêa, o debate sobre a manutenção da tradição, embora não fosse novo, era recorrente, como forma dos defensores da cultura popular manifestarem suas preocupações frente à modernidade que provocava alterações nas manifestações culturais. (CORRÊA, 2012, p. 110).

Um dos intelectuais que demonstrava essa preocupação era Domingos Vieira Filho que constantemente acusava o rádio por tais alterações no universo dos bumbas. Além disso, criticava as novas tendências da música popular como o samba. Contudo, essa preocupação também já é percebida por outros folcloristas, antes mesmo das críticas feitas por Domingos como é o caso de Antonio Lopes e Fulgêncio Pinto.²⁰

3.2 As disputas pelo reconhecimento

O período em que teremos uma política onde o Estado ora repreende, ora

¹⁹ Para Antonio Evaldo Barros a remodelação da identidade maranhense durante o Estado Novo está atrelada a vários fatores como a própria instituição do Estado Novo; a ação do governo brasileiro na cultura; a representação da nação como democracia racial; o modernismo; o movimento regionalista e o folclórico, e as discussões levantadas pelos congressos afro-brasileiros realizados em Recife e Salvador. (Barros, p.03, 2007)

²⁰ Corrêa, 2012, p.113.

permite que repertórios culturais atuem, nota-se que o boi, assim como, o tambor de crioula, tambor de mina e pajelança procuraram formas para realizarem suas apresentações independente da repressão em que viviam. Essa perspectiva, contribui para percepção das experiências de resistência enquanto grupos frente aos controles exercido pelo estado.

Vale ressaltar, que a atitude do governo está atrelada ao caráter depreciativo que essas manifestações foram tratadas. Isso demonstra que mesmo com a crescente valorização da obra do povo, ainda eram comuns interpretações que tratavam de inferiorizar esses repertórios devido muitos deles terem em sua maioria negros e mestiços.

De acordo com Barros, essas interpretações depreciativas, em sua maioria, não se pretendem científicas. Elas são, sobretudo, de caráter estético e ético; estruturam-se nas fronteiras subjetivas do belo e do feio, do certo e do errado, do bem e do mal, do grosseiro e do refinado. (BARROS, 2015, p. 45 – 46). Diante disso, percebe-se que o caráter preconceituoso dessas interpretações ainda hoje, de uma forma de outra, estão presentes no país, embora os espaços de atuação dos sujeitos atrelados a cultura negra estejam em crescente expansão.

Vale ressaltar que o processo de reconhecimento desses repertórios culturais, foi marcado pela inversão dos símbolos que representavam o que era ser maranhense. Num primeiro momento temos o Maranhão como Atenas Brasileira que estabelecia a ligação do Maranhão a Europa com toda “brancura líria” que o estado poderia ter. Após, temos o bumba-meu-boi ocupando tal centralidade da qual o povo, o negro e o mestiço representam essa identidade.

Porém, a valorização do bumba-meu-boi no estado durante a Era Vargas ainda permaneceu sobre o julgo de interpretações que desvalorizaram o repertório cultural das massas populares em geral. No Maranhão, o reconhecimento de São Luís como Atenas Brasileira e única capital fundada por franceses tentava superar o momento de decadência que a região enfrentava.

Segundo Wagner Cabral da Costa, os significados da decadência, embora remetam a um núcleo definido, estão sempre em disputa, em aberto, indeterminados sendo constantemente (re) apropriados e (re) inventados segundo os mais diversos fins e interesses desde o século XIX. (CABRAL, 2015, p. 69)

No caso maranhense, esse resgate ocorreu devido à necessidade dos intelectuais de explicarem a passagem da prosperidade à decadência que o estado

enfrentou no plano econômico durante o Maranhão novecentista. Essa ideia também se estendeu à interpretação das manifestações da cultura popular e negra que eram sinais de decadência e atraso da região.

Para tanto, esse momento de decadência que o estado enfrentava poderia ser superado com o resgate das tradições gloriosas vividas durante a Atenas, com o constante enaltecimento de grandes poetas maranhenses do período, culto às artes, fundação de jornais e revistas, tudo com o propósito de manter esse elo com uma cultura europeia e branca.

Segundo Lady Selma Albernaz, esta inflexão está correlacionada com mudanças políticas, sociais, demográficas e urbanas na cidade de São Luís, que se intensificaram a partir da eleição de Sarney como governador. (ALBERNAZ, 2004, p.05). No momento em questão o qual a autora pontua, é considerado por ela como marco da ascensão simbólica do bumba-meu-boi. Porém, como já vem se destacando ao longo do trabalho, o boi ascende muito antes como símbolo de pertencimento desde cerca da década de 1940.

Barros confirma essa afirmação. Segundo o autor, o fato é que nas décadas de 40 e 50 os bumbas serão poetizados. Os processos de cristalização da singularidade do Maranhão e do maranhense encarregar-se-ão de imprimi-los como parte essencial da constituição da identidade da região. De perseguidos a ovacionados, os bumbas serão reescritos sob novos enfoques, textos e interesses. (BARROS, 2005, p. 102)

Durante o Estado Novo esses ideais, segundo Barros, foram maximizados por uma política oficial onde discursos e práticas anunciavam e propagavam um Maranhão Novo (BARROS, 2007, p. 04). Um exemplo notório dessa mudança, foram as comemorações realizadas em homenagem ao Estado Novo onde é percebido a amplitude desse discurso.

O Dia do Estado Novo

Festa Popular

Uma das notas mais interessantes da Comemoração do dia 10 de novembro foi, sem dúvida, a animada festa popular realizada, ontem, à Av. 5 de Julho, por iniciativa dos governos do Estado e do Município. A avenida se encontrava feericamente iluminada e uma grande massa humana a povoava, numa extraordinária vibração de alegria.

Dentre os numerosos folguedos que ali se realizaram, destacamos os seguintes: baile ao ar livre, tambor de mina, pão de sebo, festa ao luar, bumba – boi, cinema etc.

O dr. Paulo Ramos e seus auxiliares de governo, numa sugestiva demonstração de espírito democrático tomaram parte das danças, integrando-se desse modo, no justo contentamento do povo. As festas, iniciando – se as 10 horas, prolongaram – se até alta noite, em meio da maior harmonia e animação. (...) (O DIA DO ESTADO NOVO, 11 nov. 1938 – *Pacotilha*)

É válido lembrar, que essa comemoração ocorre no início do regime estadonovista quando a nova política oficial do país propõe uma nova brasilidade. Talvez, isso possa explicar o posicionamento das autoridades durante a festa, quando acabam se unindo ao povo, onde demonstram seu espírito democrático. Esse episódio também permite percebermos como as festas podem diluir as contradições e conflitos sociais, principalmente durante um período repressivo.

Atrelado a isso, deve-se considerar o grande número de publicações que buscavam reforçar ainda mais essa visão de um Maranhão novo. No período em questão, foi fundada em São Luís a Revista Athenas, publicada sob patrocínio da administração estatal. Como o próprio nome sugere, seria o meio pelo qual esses ideais seriam publicados. Vale ressaltar, que nesse momento as ideias que embasavam discursos e práticas de políticos e intelectuais, defendiam o resgate do Maranhão como o berço das tradições a fim de combater a decadência que o Estado enfrentava.

Contudo, gradualmente essas ideias de europeização e branqueamento foram dando espaço às publicações que destacavam a cultura popular, principalmente o bumba-meu-boi, que passa a ser destaque da revista. A partir desse momento, percebemos o enaltecimento do bumba-meu-boi como símbolo de maranhensidade.

Como exemplo desse enaltecimento, temos o poema de Fulgêncio Pinto intitulado “A Festa de S. João” que a partir dos primeiros versos deixa claro esse movimento que o bumba-meu-boi passa a fazer parte se tornando o principal elemento das tradições maranhenses:

A Festa de S. João

“Oh! Data feliz de São João,
Que os fogos entram em ação,
E os “bumbas meu boi” com os foliões
Traz grande satisfação
Para o nosso povo da Ilha,
Que vive das suas tradições,
Esta festa para eles é uma maravilha,
Com belíssimas satisfações”
(Pinto, 1941)

Atrelado a isso, a partir das análises dos periódicos que circulavam durante a Era Vargas no Maranhão, é possível observar como os brincantes e demais sujeitos utilizaram das brechas que existiam entre permissões e proibições para alcançarem os espaços a que eles eram vetados.

No exemplo, a seguir, uma das portarias publicadas pela polícia civil durante as realizações dos festejos juninos cujo objetivo era promover ordem, segurança e tranquilidade pública, permite a alguns grupos de boi que dançam em frente à Igreja de São João:

Chefatura de polícia

Portaria n° 18

O Dr. Chefe de Polícia em exercício, no uso de suas atribuições e para maior segurança da ordem e tranquilidade pública, durante os festejos de São João. Resolve:

- 1°) Proibir que os “boi-bumba”; percorram o perímetro urbano desta cidade, em demonstração de suas danças características, o que só poderão fazer no perímetro suburbano, a partir da esquina da Avenida Getúlio Vargas com a rua Senador João Pedro, para o lado do Anil.
- 2.º) Atendendo a justificativa de alguns organizadores desses “boi-bumba”, consentiu aos que solicitaram a respectiva permissão, que cordões dançam, em cumprimento as promessas feitas ao glorioso Santo, no largo fronteiro a Matriz de São João (...). (Portaria n°18, 23 de jun. de 1939, *Diário Oficial*)

Vale ressaltar que a necessidade de regular a chegada da manifestação nesses espaços (centro), estão atreladas ao caráter violento que a brincadeira comumente era atribuída. Claro que existia sim, rixas entre os diversos grupos de boi e geralmente ocorriam encontros violentos entre os brincantes. Mas também essa violência era percebida no plano simbólico devido as possíveis críticas feitas as elites e as autoridades que são alvo de ridicularização por parte do folgado.

Somado a isso, o pedido constante de pessoas do espaço urbano da cidade seja para apreciar a brincadeira, seja para cumprir o pagamento de promessas a um dos santos boieiros demonstram uma constante teatralização do poder no universo dos bumbas da qual eles reivindicavam e determinavam as tecituras sociais naquela sociedade²¹.

²¹ De acordo com Antônio Evaldo Barros situações como esta implicavam em muitos desdobramentos e constituíam ocasiões significativas para se observar formas de teatralização do poder, para se notar formas como os sujeitos acionavam determinadas estratégias e negociavam entre si em uma sociedade hierarquizada. (BARROS, 2015, p.58).

Dessa forma, percebe-se que o reconhecimento do bumba-meu-boi e sua consolidação como símbolo da identidade maranhense enfrentou vários entraves. De “barafunda de pretos” à “tradição caríssima ao homem do povo” ele alcançou o patamar da singularidade maranhense e atualmente Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade num processo constante de lutas por cidadania, igualdade e respeito.

4 A POSSE DOS BUMBAS E AS EXPERIÊNCIAS EM BUSCA DE CIDADANIA

Diante da sua valorização como elemento constituinte da identidade maranhense o boi foi constantemente apropriado de diferentes maneiras pelos sujeitos que buscavam através dele, atender diversos interesses. Essa tomada do bumba como elemento de reivindicações em diferentes esferas da sociedade, demonstra que a manifestação se tornou importante veículo das demandas sociais.

Esse apoderamento também permitiu a popularização do folguedo, promovendo em seu interior ao longo dos anos mudanças. Essas mudanças estão atreladas as necessidades do boi de se adaptar a um cenário de constante solicitações em arraiais, em eventos públicos, em concursos o que acabou diversificando a dinâmica que esses grupos anteriormente seguiam. Essas mudanças já são delineadas quando o boi assume posição de elemento fundante da cultura popular (ALBERNAZ, p.24, 2004).

Essas alterações também são percebidas quando o discurso de violência e barbárie associados ao boi vão perdendo força. Segundo Júlia Camêlo, três formas de argumentos contribuíram para esse discursos, o primeiro que a violência e a insegurança não ocorriam por parte dos organizadores da brincadeira nem dos brincantes, mas era uma questão social e não de um grupo específico. O segundo que os intelectuais eram praticantes dessas brincadeiras e o terceiro seria a construção do que a autora chama de espaços de ordem, locais em que os governantes controlam as apresentações.

Ademais, é importante frisar a apropriação que diferentes sujeitos e grupos fizeram do bumba-meu-boi. Esse apoderamento ocorreu de diversas maneiras. Temos a elite maranhense e vários intelectuais que tomam a brincadeira como símbolo das tradições maranhenses, há ainda aqueles que se apossavam do folguedo e do período festivo em que se apresentavam para atrair olhares para seus negócios e empreendimento assim como, para se promoverem.

Além disto, com o passar dos anos as transformações promovidas pelo bumba-meu-boi também passa a ocorrer no cenário político. O folguedo como forte retrato da cultura popular do estado passa a atrair atenção de figuras públicas relacionadas a órgãos do governo estatal. A manifestação como narrativa cultural, foi utilizada concomitantemente como veículo de agregação da população aos interesses

políticos. Em uma das reportagens encontradas em *O Combate*, é relatado o seguinte:

Não explicou a folha oficiosa se foi estupidez ou indiscrição o que levou o senhor José Neiva a se confessar esperançado numa violação da Constituição

Embezourou-se, casmurra, a gazeta oficiosa, sem encontrar saída para justificar desconcertante declaração feita pelo Sr. José Neiva, lá no sertão, de que anda promovendo novenas e responsos, fazendo votos de encenar Baiões de São Gonçalo e cordões de Pastorinhas, reizados e bumba-meu-boi, para que os taumaturgos da sua devoção favoreçam a reeleição do Sr. Gaspar Dutra, fato taxativamente proibido pela Constituição (...). (NÃO EXPLICOU, 28 maio 1948 – *O Combate*)

Atrelado a isso, temos também o constante envolvimento dos grupos como estratégia utilizada por estabelecimentos para atrair fregueses durante os meses que ocorriam as festas juninas. Desse modo, os jornais da época noticiam um pouco da movimentação econômica durante os festejos juninos.

Em uma das reportagens do jornal *O Globo* intitulada “Grande movimento no bairro do João Paulo” é possível perceber a importância dos bois e dos festejos juninos na movimentação da economia: “No João Paulo, além de diversos bailes familiares, há grande número de barracas, botequins, vendas de frutas, etc.”. (GRANDE MOVIMENTO, 25 jun. 1945 – *O Globo*).

Outro trecho retirado de um anúncio publicado no jornal *O Imparcial*, o proprietário do estabelecimento conhecido como “Café Batista”, chama a atenção da freguesia durante as festas juninas para frequentar seu estabelecimento que será animado pelo bumba-meu-boi:

Festas de São João e São Pedro

ALERTA RAPAZIADA

“O proprietário deste acreditado estabelecimento, previne a sua amável freguesia, que, independente de uma afinada orchestra e um bem ensaiado Bumba-Boi, contractados para deleite da mesma, durante as festas Joaninas, encontrará mais, finas iguarias, doces, leite, café especial, chá-mate, finas bebidas e cerveja gelada. Dispondo de pessoal habilitado para o serviço garante muita ordem, respeito, promptidão e asseio.” (ALERTA RAPAZIADA, 1929 – *O Imparcial*)

No jornal *a Pacotilha*, também foi possível encontrar outro anúncio que faz o convite aos fregueses durante o dia de São Pedro:

São Pedro no Anil

Café Chic
Proprietário João Pereira

Este conhecido bar oferecerá aos seus amáveis fregueses, na véspera e dia de São Pedro um grande e variado menu, magnífica orchestra e o celebre bumba que dançara em frente ao bar. As duas horas haverá uma grande surpresa oferecida aos seus habitueis. Os serviços do bar estarão a cargo de exímios garçons.

Todos ao Café Chic (SÃO PEDRO NO ANIL, 28 jun. 1923 – *Pacotilha*)

Os trechos acima permitem perceber o quanto o boi como principal atração dos festejos juninos da época era importante para a movimentação da economia, pois, querendo ou não, as pessoas em geral saíam de suas casas para apreciar esse momento festivo e logo, consumirem e se divertirem como os anúncios publicados sugerem.

Ou seja, nesse contexto os bumbas serão importantíssimos para a composição das tecituras sociais, pois foram constantemente requisitados para comporem cenários distintos, onde também foram beneficiados, atraindo para si visibilidade de uma forma positiva e dessa maneira o seu completo reconhecimento.

Dessa maneira, o notório é que essa apropriação de uma forma geral se apresenta sempre a frente de vários interesses permeados por visões positivas ou negativas que levam ao processo de construção e de reconhecimento de cidadania e igualdade que esses grupos vão obter ao longo dos anos. Isso fica claro mediante a aceitação que passa a acontecer de forma lenta e gradual, após intensa perseguição e preconceito fomentados por figuras públicas e por pessoas que ainda não consideravam a manifestação como símbolo máximo da cultura do estado.

4.1 As festas juninas no João Paulo

Mediante a valorização do bumba-meu-boi como símbolo da identidade maranhense, os festejos juninos os quais a manifestação e outras brincadeiras se apresentavam, tornam-se momentos essenciais para a observação das constantes disputas por espaço, representatividade, cidadania, identidade e poder das classes sociais. No período em questão, a festa no mês de junho é realizada no João Paulo, subúrbio de São Luís, local onde era permitido as apresentações do boi.

Conhecido como um bairro de proletários recebe esse nome por conta do sítio conhecido como João Paulo, que tinha por proprietário Simeão Costa. Outra explicação para o nome vem da época em que um senhor conhecido como João Paulo vendia café no Caminho Grande, hoje conhecido como Avenida São Marçal, em homenagem ao santo festejado pelos brincantes do boi de matraca.

Outra possível explicação seria que a festa teria surgido por iniciativa de moradores do bairro do João Paulo e, sendo ele um lugar de apresentação legítima da brincadeira, o bairro torna-se parte do universo do boi e compõe a sua história. Dessa forma, a festa tem uma dupla importância: ressaltar a história da resistência dos realizadores do folguedo às perseguições policiais, e, atualizar os símbolos internos do ciclo do bumba boi (Albernaz, 2004 p.53)

Vale ressaltar que o João Paulo não era o único espaço restrito a essas apresentações, sendo possível vê-las em outras partes da cidade e do Maranhão. Porém, por ser o ponto de encontro dos bumbas e dos brincantes, o bairro merece destaque pelo elo criado com a manifestação que nos permite observar as diversas experiências vividas por esses sujeitos.

Palco do encontro anual dos bois de sotaque de matraca no dia 30 de junho, data na qual se homenageia um dos santos do mês de junho: São Marçal, o bairro era o lugar até onde eram permitidas apresentações da brincadeira até a metade do século XX²². Desse modo, é marcado como local de resistência e tradição para os que fazem e apreciam a brincadeira.

Nos jornais podemos encontrar várias referências ao bairro, como uma das reportagens apontou, aparece como principal ponto de concentração das brincadeiras juninas²³. Além disso, muitas notícias trazem elementos do cotidiano como: problemas com infraestrutura, iluminação, bodegas, jogos e até a participação de representantes políticos nas festas juninas. Dessa maneira, as festas têm, de certo modo, um caráter abrangente que tece várias relações e modos de agir de uma sociedade. Como aponta Rita de Cássia de Mello Peixoto Amaral:

Ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro [...] é capaz de, conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. É ainda o modo de

²² SANCHES, Abmalena Santos. Os Batalhões Pesados. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 2, ago./dez. 2004, p 10 – 11.

²³ JORNAL PEQUENO. No Largo N. S. das Graças os festejos joaninos. São Luís, 9/06/1952.

se resolver, ao menos no plano simbólico, algumas das contradições da vida social, revelando-se como poderosa mediação entre estruturas econômicas, simbólicas, míticas e outras aparentemente inconciliáveis (AMARAL, 1998, p. 07 – 08).

Amaral pontua também que as festas significam a destruição das diferenças entre os indivíduos e, por esta razão mesma, associam-se à violência e ao conflito, pois são as diferenças que mantêm a ordem (AMARAL, 1998, p.30). A partir da fala da autora podemos compreender três pontos importantes sobre o significado das festas: destruição das diferenças, a violência e o conflito.

Esses três aspectos são bem visíveis na atuação dos bois durante os festejos juninos nos quais constantemente deviam interagir e socializar com diferentes sujeitos e grupos rivais para um bem maior, ou seja, para manter a ordem e o respeito durante as festividades. Porém, a rivalidade existente entre os grupos e brincantes ainda prevalecia, mesmo que manifestadas, de outras maneiras como por exemplo, nas toadas, no discurso dos brincantes e na composição dos grupos.²⁴

Essa rivalidade é notória nos grupos do sotaque da Ilha ou de Matraca, que se intitulam como “batalhões pesados”. Abmalena Sanches em artigo que trata sobre os elementos que são significativos para a construção desses grupos como batalhões pesados, destaca que essa linguagem expressa valentia e poder. E nos discursos dos brincantes, assim como nas toadas há sempre com quem guerrear.

No jornal O Combate, um dos jornalistas narra uma das brigas entre dois amos em uma apresentação na casa de um coronel conhecido como Terêncio Silva, onde é possível observar como a valentia e poder desses grupos foram expressas.

Noite de São João

Eram onze horas, precisamente, quando se começou a ouvir as primeiras cantigas do primeiro bumba que se aproximava da vila. [...] Era o Desejado, o mais afamado bumba de que se ouviu falar naquele ano. [...] Terminada a exibição, quando o amo já se preparava para entoar os versos de despedida – eis que se ouve distintamente os cantos de outro bumba que também se dirigia para a casa do coronel.

- É o Radiante. [...]

Desde os primeiros ensaios, tanto do desejado como do Radiante, que a fama de ambos correu a ilha; por isso que seus brincantes não se viam com bons olhos, porque cada qual queria que o seu bumba fosse o melhor.

O Zé Polegada, amo do Desejado [...] após fazer trinar um estridente apito

²⁴ Abmalena Sanches faz uma análise sobre essa rivalidade existente entre os grupos de bumba-meu-boi de sotaques de matraca considerados como “batalhões pesados” que sempre estão prontos para a batalha, expressando valentia e poder.

bradou:

- Sentindo Rapasiada! Vômo cantá a dispidida. Mas, porém, nós não deixa o terrero inconto não chega o Radiante, pra não se dizer dispois qui a gente correu de medo. [...]

Ai, o Zé polegada cantou:

Nós tômo se dispidindo
De seu coroné Terenço
Cum as lágrimas nos oio,
De fazer insupá o lenço. [...]

Estes versos foram repetidos [...] até a chegada do Radiante. [...] Depois foram trocados versos entre os dois amos:

De João Cigano:

Nós intremo no terreiro
Com Radiante afamado,
Sem teme meio valô
Na fama do desejado

De Zé Polegada:

A fama do Desejado,
Tai pra quem quisé vê:
Duvidamo qui quarqué
Possa ela desfazer. [...]

De João Cigano:

A sombra do Desejado
Má o seu amo contém
Qui é um manico, um nadinha
Um fedelho, um João Ningém. [...]

Eu sou é Zé, não sou João,

Seu Cigano, veja bem:

Zé Polegada, já uviu?

Você qui é João Ninguém!

De João Cigano:

Você qué inspirá
A força de João Cigano
E se atirá cabra veio
Que eu lhe dou o disingano

De Zé Polegada:

Pirão que me enche a barriga

Eu conheço so no oiá:

Já qui você provocô

Istou aqui para lhe insiná.

Respondido assim o desafio atirado pelo João Cigano, este rápido, atirou-se ao Zé Polegada que, sem grande esforço, conseguiu pô-lo a distância, com um formidável sôco em pleno rosto. [...], João Cigano volto-se contra este armado de cacête, do qual, entretanto, não chegou a fazer uso, pois o Zé Polegada, que o esperava sereno e imperturbável, levantou-o na cabeça, como a um fardo insignificante e atirou-o a um canto do terreiro sobre umas pedras ali abandonadas que lhe abriram uma grande brecha na cabeça, de onde o sangue logo jorrou em abundância (...). (Noite de São João, 24 de jun. de 1932, *O Combate*).

Nesta reportagem de autoria de Francides, o que chama a atenção é a narrativa do autor que traz toda a riqueza de detalhes do ocorrido. Percebe-se também, a tensão existente entre os dois grupos de boi antes mesmo da apresentação, devido ao reconhecimento que ambos detinham em São Luís.

Também é importante destacar que os versos deferidos pelos amos

umentam mais a tensão entre os grupos devido a tentativa deles de subjugar um ao outro, gerando a violência física em si, onde a briga acaba com João Cigano ferido e Zé Polegada vitorioso.

Além disso, podemos pontuar a experiência que o autor teve em presenciar toda a cena e, principalmente, de compartilhar com os leitores. Destaca-se, como a narrativa é feita, demonstrando como a violência no universo dos bumbas poderia acontecer a partir das toadas e como a valentia entre eles era importante para consolidar seu poder e seu reconhecimento diante do público.

Nesse íterim, também será importante destacar as considerações que Jean Duvignaud faz sobre as festas. Para o autor a festa em si, possui um caráter subversivo e destruidor, pois coloca o homem frente ao mundo sem estrutura e sem código (Duvignaud, 1985, p. 68). Segundo o autor, é esse desprendimento que torna possível o encontro do indivíduo com a natureza na sua essência e é nesse momento que ela se revela, trazendo um questionamento nas suas sociedades para sua mudança e renovação.

Nesse sentido, durante as realizações dos festejos podemos perceber as mudanças e as renovações que a sociedade maranhense, principalmente a ludovicense sofreu ao longo do século XX. Essas mudanças aconteceram principalmente, no caráter simbólico e material pois houve a valorização dos repertórios culturais da população negra e mestiça

Vale destacar a mudança do local de concentração dos festejos juninos do Anil para o João Paulo, que implicou para alguns “críticos” na perda das tradições devido o avanço da modernidade. Segundo Barros,

(...) estaria relacionada à disponibilidade, à adaptação e ao desejo dos brincantes e da população em geral, à situação das estradas e aos serviços de transportes. Até os anos 1910, esse lugar era o Anil, uma vila. A partir dos anos 1920, quando, num processo anunciado como de “modernização” da cidade, algumas pessoas em São Luís passariam a ter acesso a energia e bondes elétricos (em 1924), além de rede de água e esgoto (em 1925), o João Paulo, um subúrbio, passaria a ocupar tal centralidade. (BARROS, 2008, p.08).

Nesse caso, o João Paulo se torna o elo entre o centro, subúrbios e vilas de São Luís devido ao processo de modernização pela qual a cidade estava passando e que levou aos poucos o abandono dos sítios pela elite da cidade que não precisou se deslocar para mais longe para acompanhar os festejos juninos. Arelado a isso,

esse deslocamento significa a aproximação e o reconhecimento mais constante das elites, sobre o bumba-meu-boi que se torna veículo de várias disputas e negociações da qual o João Paulo passa a representar.

Barros argumenta que como local central dos festejos juninos, como ponto de encontro de bois, a metrópole suburbana significou uma celebração festiva de redes sociais estabelecidas cotidianamente. Haveria, assim, por ocasião dos festejos juninos no João Paulo, a maximização festiva de encontros cotidianos de parte significativa da população ludovicense (BARROS, 2008, p.14).

Todas essas mudanças podem ser observadas no universo dos grupos de bumba-meu-boi, pois nesse período eles acabam se tornando o centro das atenções dos jornais e de muitos repórteres que nos meses de junho e julho costumavam retratar as suas impressões sobre os festejos juninos. Alguns deles questionavam as mudanças que estavam acontecendo como, por exemplo, a mudança do local dos arraiais, a modernização que estava ocorrendo no país e, conseqüentemente, nas festas juninas.

Em uma das reportagens publicadas pelo jornal O Globo intitulada “O 'São João' que eu vi” escrita por Deomar Silva, o autor se apresenta preocupado com a modernidade que avança e põe em risco as tradições populares representadas pelos divertimentos caseiros que marcam os festejos juninos que estão perdendo a essência. Em uma das passagens ele diz:

“É isto o 'São João'. São esses divertimentos caseiros que completam o verdadeiro significado dos festejos, já agora, quasi desaparecidos. A sociedade, pouco a pouco se incumbe de destruir essas passagens da vida brasileira tão belas como a verdadeira expressão de sua significação, tradutora de algo do passado. O Maranhão quer acompanhar o ritmo da vida moderna e se esquece, pouco a pouco, de suas tradições, de seus festejos públicos onde a alma do povo vibrava noites inteiras ao som de uma rústica música primitiva. Passa mais um São João e com ele também passam algumas passagens belas que, naturalmente, o homem já não se lembrará mais quando o novo São João aparecer. Enfim, é a vida.”
(O SÃO JOÃO QUE EU VI, 27 jun. 1944, O *Combate*)

Em outra reportagem publicada no Globo, o repórter ou colaborador do jornal conhecido pelas iniciais R.S. já faz a crítica em relação a mudança de local

onde os festejos juninos foram realizados no ano de 1942. O receio do autor está no sentido de que a mudança de local da realização das festas possa influenciar no caráter popular que ela possui, pois cada vez mais se aproximava do centro da cidade. No trecho a seguir ele deixa bem claro sua preocupação:

“Será que as festas joaninas, Ilha de São Luiz, estejam condenadas a não ser mais festas de arraial? O povo está crente de que, certamente, elas vêm chegando para o centro da cidade, e sendo assim, positivamente, desaparecerão. Não há dúvidas. As festas joaninas, na Ilha, sempre viveram intensamente quando mais afastadas do centro urbano. Quanto mais distantes melhor apresentam as suas lógicas do próprio interesse popular.” (O SÃO JOÃO, 02 jul. 1942, *O Globo*)

Os dois trechos apresentados mostram a preocupação dos jornalistas em relação ao avanço da modernidade que segundo eles estava pondo em risco a lógica que essas festas tinham e que para eles acabariam de vez com o caráter popular que possuíam.

Vale ressaltar que a importância de manter os festejos juninos e as brincadeiras do período afastados do centro, principalmente o bumba-meu-boi, não estão atreladas somente à preocupação com o avanço da modernidade e sim com a manutenção da lógica que existia no período que proibiam os grupos de boi em avançar ao centro da cidade, considerado o reduto da elite e dos letrados.

Além disso, durante os festejos juninos foram construídos diferentes discursos sobre o bumba-meu-boi com a preocupação em mantê-lo sempre em seu aspecto “tradicional”. Porém, a tradição como algo imutável não pode ser uma referência para a manutenção do boi e dos festejos juninos, pois eles assim como qualquer outro sujeito inserido em diferentes contextos, sofre e se adequa a mudanças.

Durante a Era Vargas, a necessidade em se adaptar as mudanças como a do local dos festejos, ao gradual reconhecimento das elites, as perseguições e controle do estado não afetou o cerne e a dinâmica desses repertórios. Em outro sentido, possibilitou que eles continuassem sempre em atividade sem perder a sua essência. Pois, o que poderia ser uma preocupação para a elite, não significava que seria também para os bumbas.

Por essa razão, as vivências desses sujeitos podem revelar não só suas

perspectivas, mas também de uma sociedade como o todo, pois permite o acesso a outras dinâmicas que não são observadas de forma direta. Por essa lógica, a importância da experiência histórica para a entendermos como os indivíduos reagem a essas alterações, sem a observação dos pormenores, faz com que percebemos somente o superficial.

Nesse sentido, as festas se tornam esses lugares privilegiados onde podemos presenciar como as contradições da sociedade são constantemente colocadas em evidência e como cada indivíduo se sente e se posiciona em relação a elas. Os festejos juninos em questão, por serem o palco onde ocorria as diversas disputas relacionadas ao universo dos bois que será mais intensa quando a brincadeira se consolida a partir das décadas de 1950 e 1960. Possibilita, a observação das dinâmicas sociais onde as mudanças são constantemente postas em debate.

Portanto, a visibilidade que esse tempo festivo traz permite o alcance muito maior dos brincantes do bumba-meu-boi na disputa pelos seus interesses e pelo reconhecimento como manifestação autêntica e séria em busca de seus direitos e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, percebe-se que a história do bumba-meu-boi permite um amplo leque de análises mediante os processos que o folguedo enfrentou até seu completo reconhecimento como manifestação cultural do Maranhão. No período em questão, percebemos o quão o estudo da cultura e sua análise social nos permite compreender melhor as dinâmicas que permeiam a sociedade em um período em que o repertório cultural negro e mestiço no estado, assim como no Brasil, foram constantemente perseguidos e marginalizados.

Em relação às experiências construídas pelos sujeitos do boi, nota-se que elas se diversificaram temporalmente. Durante a Era Vargas percebemos que as mudanças realizadas no período refletiram diretamente na resposta mental e emocional dos sujeitos sociais.

Essas respostas foram responsáveis pelas alterações nas disputas e diferenças em relação à aceitação da brincadeira como símbolo das tradições maranhense. Que puderam ser percebidas quando o boi se torna elemento principal das mediações no meio político, econômico e o social.

Isso é notório, quando o bumba-meu-boi é reconhecido pelos folcloristas e literatos maranhenses; quando acessa o centro da cidade com a permissão das autoridades e por pessoas da própria elite, e, ao torna-se atrativo dos festejos juninos permitindo a movimentação econômica e que vários empreendimentos atraíssem fregueses.

Destaca-se também, a relevância do estudo para a compreensão da Era Vargas e as relações com a cultura popular implementadas durante o seu governo e, como essas relação foi construída influenciando nos rumos que a cultura no país passaria a seguir, e a se definir, a partir desse momento.

Entre essas mudanças temos a ascensão das políticas empreendidas durante o período que procurou construir o Brasil como uma democracia racial. Para tal empreendimento a intelectualidade brasileira e maranhense foram decisivas para a construção da brasilidade positiva defendida por Vargas que procurou construir os ideais de nação de forma positiva, agregando elementos que outrora foram desconsiderados.

Além disso, a experiência como categoria histórica, possibilitou a

observação dessas mudanças no universo do bumbas que puderam ser identificadas por meio dos jornais em circulação na cidade naquele período. Nelas pudemos notar as formas como o boi foi apropriado por diferentes sujeitos, as disputas e diferenças entre os grupos, assim como, entre as opiniões sobre a brincadeira.

Vale ressaltar também a importância dos estudos sobre as festas no país, que permitem a compreensão das relações, experiências e lutas por espaço, cidadania e identidade. Atrelado a isso, os festejos juninos no bairro do João Paulo são importantes para observarmos essas dinâmicas devido ao caráter de resistência e tradição que eles carregam até a atualidade possibilitando a construção do local como marco histórico na trajetória festiva dos diversos grupos de bumba-meu-boi.

O estudo torna-se relevante também por compor mais um capítulo da História Social do Brasil e do Maranhão, ao destacar como os sujeitos marginalizados foram participantes na construção do quadro identitário maranhense ao imprimir nas suas práticas a consciência por lutas por reconhecimento, cidadania e igualdade durante um momento em que a repressão existia, mas que não impediu a sua consolidação como símbolo cultural.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita C. M. P. Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”. 1998. Tese (doutorado em antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- ALBERNAZ, Lady S. F. O “urrou” do boi em Atenas. Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. A reestruturação do Estado restrito: Estado Novo e o (des) caminhos da política de colonização para o Maranhão. São Luís, 2013. 72 p.
- ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. In: Revice - Revista de Ciências do Estado, v1, n.2, 2016, p. 72-106.
- BERTUCCI, Liane Maria *et al.* Edward P. Thompson: história e formação. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- BARBALHO, Alexandre. Estado Autoritário Brasileiro e Cultura Nacional: entre a tradição e modernidade, 1996. Disponível em: www.appoa.org.br. Acesso em: 16/01/2020.
- BARBALHO, Alexandre. Textos nômades: política, cultura e mídia. Fortaleza, BNB, 2008.
- BARROS, Antônio Evaldo Almeida. A Terra dos Grandes Bumbas: a maranhensidade ressignificada na cultura popular (1940-1960). Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.
- BARROS, A. E. A. A cidade na festa, a festa na cidade: negociações e tensões nos festejos juninos na São Luís da primeira metade do século XX. Anais do XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP - USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd- Rom.
- BARROS, A. E. A. O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al.* Histórias do Maranhão em tempos de República. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.
- BARROS, A. E. A. Cultura e Identidade no Maranhão Estado-Novista. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. PPGPB/MA – São Luís, 28 a 30 de agosto de 2007.
- BARROS, A. E. A. Invocando Deuses no Templo Ateniense: (Re) inventando tradições e identidades no Maranhão (1940-1960). Revista Outros Tempos, volume 03, p.156-181. Disponível em: www.outrostempos.uema.br. Acesso em 16/01/2020.

BARROS, A. E. A. Em tempos de cura: sujeitos e desigualdades na pajelança no Maranhão. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al.* Histórias do Maranhão em tempos de República. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.

CARVALHO, Maria Michol Pinho. Matracas que desafiam o tempo: um estudo da tradição/ modernidade na cultura popular. São Luís, (s.a.), 2002. 360p.

CAMÊLO, Julia Constança Pereira. Ocultar e preservar: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão. 2010. 201p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Universidade Federal do Pará, 2010.

Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Luís: Iphan/MA, 2011. 210p

COSTA, Wagner Cabral. Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al.* Histórias do Maranhão em tempos de República. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.

COSTA, Flávia Santos. A ação da “Imprensa Oficial” e do DEIP sob a interventoria de Paulo Martins de Sousa Ramos no Maranhão (1937-1945). São Luís, 2016. 70 p

CORRÊA, Helidacy M. M. São Luís em Festa: o bumba meu boi e a construção da identidade cultural do Maranhão. São Luís: EDUEMA, 2012.

CORRÊA, Helidacy M. M. O Bumba-meu-boi e a construção de uma identidade. Dissertação de Mestrado em História Cultural. UFPE, 2001.

COSTA, Marcelo Lima. São Luís do Maranhão sob as diretrizes do tecnocrata: a experiência tecnicista e modernizadora sob o governo de Paulo Ramos (1936 – 45). Simpósio Nacional de História – Contra os Preconceitos: História e Democracia, 29., Brasília, p. 01 – 13, 24 e 28 jul. 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953098_1940042b3d7f6b4bb2c2f469e3c5cd00.pdf. Acesso em: 10/07/2021.

DUARTE, Hugo Villaça. O estruturalismo althusseriano e o modo de intervenção política em Gramsci: notas sobre tradições marxistas conflitantes. Encontro de História ANPUH, 13, Rio de Janeiro, p. 01 – 11, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212958777_ARQUIVO_O_estruturalismoalthusserianoemetododeintervenciaopoliticaemGramsci.pdf. Acesso em: 11/08/2021.

DUVIGNAUD, Jean. Festas e Civilizações. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

FAUSTO, Boris. O Estado Getulista. In.: _____: História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERRETTI, Mundicarmo. Tambor, maracá e brincadeiras de Negro no Maranhão na virada do século XIX e início do século XX. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al.* Histórias do Maranhão em tempos de República. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.

FERRETTI, Mundicarmo. Um caso de polícia! Pajelança e religiões afro – brasileiras no Maranhão 1876 – 1977. São Luís: EDUFMA, 2015.

FERRETTI, Sérgio. Bumba-meu-boi e tambor de mina em tempos de República. In.: _____; BARROS, Antonio Evaldo Almeida *et al.* Histórias do Maranhão em tempos de República. São Luís, Edufma, Paco Editorial, 2015.

FILHO, J. F. P. Formação Econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 25 – 28 set. 2015, São Luís.

FONTENELE, H. M. M. THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. 528 p. Revista Piauiense de História Social e do Trabalho, 04., Parnaíba, nº 06, jan. – jul., 2018.

JÚNIOR, João Alfredo C. C Melo. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. ANAIS DO SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653140_ARQUIVO_Anpuh2011.pdf. Acesso em: 15/08/2021.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

História Social: fontes, abordagens e novos procedimentos de investigação. Disponível em:

https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pfcecult/publicfiles/projetos/8831/projeto_historia_social_casadinho.pdf. Acesso em: 15/08/2021.

MARTINS, Carolina Christiane de Souza. Política e Cultura nas Histórias do Bumba-meu-boi: São Luís do Maranhão século XX. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico – metodológicos de E. P. Thompson: experiência e cultura. Revista eletrônica dos pós – graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 02, nº 2, ago. – dez., p. 113 – 126, 2006.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Revisitando E. P. Thompson e “Miséria da Teoria”. Diálogos, DHI, PPH, UEM, v. 11. n. 1/ n. 2, p. 97 – 136, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38411>. Acesso em: 16/08/2021.

NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim

do Estado Novo. Editora Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Alberto Freire. Política Cultural no Brasil: do estado ao mercado. III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 23 – 24 maio, 2007, Salvador.

SANCHES, Abmalena Santos. Os Batalhões Pesados. Caderno Pós Ciências Sociais - São Luís, v. 1, n. 2, ago./dez. 2004.

SANTOS, Hamilton. Imigração e Anarquismo no Movimento Operário durante a Primeira República. Revista Estudos Libertários – REL, UFRJ, vol. 1, nº 2, p. 01 – 33, 2º sem. 2019.

SILVA, Ribamar Nogueira. A História Social da Cultura e a História Cultural do Social: aproximações e possibilidades na pesquisa histórica em educação. Cadernos de História da Educação, v. 09, nº2, jul. – dez., p. 465 – 476, 2010.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. THOMPSON, E.P; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Revista de Sociologia e Política, Paraná, nº09, p. 57 – 74, set., 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298>. Acesso em: 06/08/2021.

VIANA, K.N.; SACRAMENTO, S. M. P. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 148 p. Revista Anagrama, São Paulo, ano 3, ed. 3, mar. – maio, 2010.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a18v59n2.pdf>. Acesso em: 10/06/2021.

JORNAIS

COSTA, Agnello. Nova ordem política. In: A Contribuição Maranhense para o Estado Novo, Maranhão, Imprensa Oficial, 1938, p. 07 – 09.

Chefatura de Polícia – Portaria nº 18. Diário Oficial, São Luís, nº 140, 23 jun. 1939, p.10.

Festas de São João e São Pedro. O Imparcial, São Luís, ano IV, nº1080, 22 jun. 1929, p.08

Não explicou a folha oficiosa si foi estupidez ou indiscrição o que levou o sr. José Neiva a se confessar esperançado numa violação da Constituição. O Combate, São Luís, ano XXIV, nº 4.447, 28 maio 1948, p. 01.

No Largo N. S. das Graças os festejos joaninos. *Jornal Pequeno*, São Luís, ano V, nº 575, 09 jun. 1952.

Noite de S. João. *O Combate*, São Luís, ano VIII, nº 2217, 24 jun. 1932, p.01.

O Bumba-meu-boi. *Pacotilha*, São Luís, nº 157, 10 set. 1929, p.02.

O dia do Estado Novo. *Pacotilha*, São Luís, ano LXIII, 11 nov. 1938, p.06.

O São João. *O Globo*, São Luís, ano IV, nº 1273, 02 de julho de 1942, p.02.

O São João que eu ví. *O Globo*, São Luís, ano VI, nº 2043, 27 de junho de 1944, p.03.

O povo reclama - O batuque está causando reclamação. *Diário do Norte*, São Luís, nº 13, 02 jun. 1937, p. 05.

O folclore como base de investigação histórica. *Diário do Norte*, São Luís, nº 317, 19 fev. 1938, p.04.

PINTO, Fulgêncio. Festa de S. João. *Revista Athenas*, São Luís, junho de 1941.

São Pedro no Anil, *Café Chic*. *Pacotilha*, São Luís, ano XLII, nº 152, 28 jun. 1923, p. 03.